



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

INCRA ï SR 25

INSTITUTO NACIONAL DE
COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Superintendência Regional 25 ï Região
Norte

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015
apresentado aos órgãos de controle
interno e externo como prestação de
contas anual a que esta Unidade está
obrigada nos termos do art. 70 da
Constituição Federal, elaborado de
acordo com as disposições da DN TCU nº
146/2015, e da Portaria TCU nº 321/2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RORAIMA – SR (25)

Superintendente Regional
Kelton Oliveira Lopes

Chefe da Procuradoria Regional
Silvia Teresa Novaes de Menezes

Chefe da Divisão de Administração
Ulisses Melo Lobo

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Antonio Adessom Gomes dos Santos

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
Francisco Marcos Garcia de Almeida

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
Antonio Geraldo Carvalho Diniz

Lista de siglas e abreviações

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB - Associação Crédito do Brasil
CDR - Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ - Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT - Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB ã Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS ã Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS ã Ministério do Desenvolvimento Social
MMA ã Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF ã Ministério Público Federal
MTE ã Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI ã Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB ã Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI ã Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC ã Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB ã Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC - Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT - Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Quadro 1.....	13
Quadro 2.....	19
Quadro 3.....	21
Quadro 4.....	22
Quadro 5.....	22
Quadro 6.....	24
Gráfico 1.....	26
Gráfico 2.....	27
Gráfico 3.....	27
Quadro 7.....	28
Quadro 8.....	28
Quadro 9.....	29
Quadro 10.....	29
Quadro 11.....	31
Gráfico 4.....	33
Gráfico 5.....	33
Gráfico 6.....	34
Quadro 13.....	35
Quadro 14.....	37
Quadro 15.....	40
Quadro 16.....	41
Quadro 17.....	45
Quadro 18.....	46
Quadro 19.....	51
Quadro 20.....	51
Gráfico 7.....	52
Gráfico 8.....	53
Gráfico 9.....	53
Gráfico 10.....	53
Gráfico 11.....	54
Gráfico 12.....	55
Gráfico 13.....	55
Gráfico 14.....	56
Gráfico 15.....	57
Quadro 20.....	62

Quadro 21.....	64
Quadro 22.....	67
Quadro 23.....	69
Quadro 24.....	71
Quadro 25.....	72
Gráfico 16.....	74
Gráfico 17.....	75
Quadro 26.....	76
Quadro 27.....	78
Quadro 28.....	78
Quadro 29.....	79

Lista de Anexos e Apêndices

11.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ.....	80
Quadro 27.....	75
11.2- Resultados do atendimento ao público externo.....	82
Quadro 28.....	78
11.3 - Memória de cálculo dos indicadoresErro! Indicador não definido.	
Quadro 29.....	79
Quadro 30.....	79
Quadro 31.....	80
Quadro 32.....	81
Quadro 33.....	81
Quadro 34.....	82
Anexo 1.....	87

Sumário

2- Apresentação	12
3- Visão geral da unidade prestadora de contas	13
3.1- Identificação da unidade	13
3.2 - Finalidades e Competências	15
3.3 - Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade	15
3.6 - Organograma	16
3.7 - Macroprocessos finalísticos	18
3.7.1- Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária:	18
3.7.2 - Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento:	18
3.7.3 - Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	18
3.7.4 - Divisão de Gestão Administrativa	19
4- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional	19
4.1- Planejamento e resultados alcançados	19
4.1.1- Informação sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução	19
4.2 - Execução descentralizada com transferências de recursos	22
4.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária	22
4.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento	35
5- Governança	58
5.1- Atuação da unidade de auditoria interna	58
5.2- Gestão de riscos e controles internos	58
5.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico	60
5.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública	60
5.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1	60
6- Relacionamento com a sociedade	61
6.1- Canais de acesso do cidadão	61
6.2 - Carta de Serviço ao Cidadão	63
6.3 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	63
7- Desempenho financeiro e informações Contábeis	63
7.1- Desempenho financeiro do exercício	63
7.3 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	65

7.4	í	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	65
7.5	í	Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	65
7.6	í	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal	65
7.7	í	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	67
7.9-		Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber.....	68
7.9.1-		Empréstimos concedidos.....	68
7.9.2		- Créditos a receber de parceiros.....	69
8-		Áreas especiais da gestão.....	69
8.1-		Gestão de pessoas.....	69
8.1.1-		Estrutura de pessoal da unidade	69
8.1.2-		Demonstrativos das despesas com pessoal.....	75
8.1.5-		Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal	75
8.1.10	í	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	75
8.1.12	í	Contratação de mão de obra temporária	75
8.2	í	Gestão do patrimônio e da infraestrutura	76
8.2.1	í	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	76
8.2.2	í	Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	76
8.2.7	í	Informações sobre os imóveis locados de terceiros	76
8.3	í	Gestão da tecnologia da informação	76
8.3.1	í	Principais sistemas de informações.....	76
8.3.2	í	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de tecnologia da Informação í PDTI.....	77
8.3.3	í	Ações relacionadas à recuperação e a modernização dos sistemas.....	77
8.4	í	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	77
8.4.1	í	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	77
9-		Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.....	78
9.1-		Tratamento de deliberações do TCU.....	78
9.2-		Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	78
9.3-		Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário.	79
9.9-		Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	79

2- Apresentação

Em conformidade com o disposto da Decisão Normativa nº TCU nº146 de 30 de setembro de 2015, e a Portaria 321 de 30 de novembro de 2015. O Relatório de Gestão da Superintendência Regional do Incra/RR, busca apresentar de forma objetiva e transparente a execução física e orçamentária retratando as atividades realizadas ao longo do exercício 2015.

Em seu conjunto, o Relatório de Gestão reafirma a necessidade e o significado das ações da Reforma Agrária para melhoria das condições de vida dos trabalhadores (as) assentados (as) nos Projetos de Assentamento no estado de Roraima.

No Relatório, apresentamos as demonstrações do alinhamento da atuação da superintendência com os objetivos do Plano Estratégico do Incra Sede, contendo as ações e metas executadas pela Superintendência Regional no ano de 2015, e os seus principais resultados estratégicos previstos a curto, médio e a longo prazo, os principais macroprocessos finalísticos da gestão as quais se desdobram em ações que compõem o Programa Nacional da Reforma Agrária. Como, Ordenamento da Estrutura Fundiária, cujas ações de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, seguido os macroprocessos de Ordenamento de Estrutura Fundiária, o Incra promove as ações de Desenvolvimento e Qualificação de Projetos de Assentamento, as ações Vistoria de Supervisão Ocupacional, Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, Concessão de Crédito Instalação as Famílias Assentadas, ainda objetivando qualificar os assentamento rurais temos as ações que promovem a capacitação e o acesso a educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária contando com as ações de Educação de alfabetização, educação de Jovens e Adultos, Concessão de Bolsa de Capacitação e Formação profissional Pedagógica e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para Reforma Agrária. Realizamos o assentamento de famílias no Programa da Reforma Agrária, no exercício de 2015.

O Programa Terra Legal, criado no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário do MDA tem a finalidade de impulsionar as ações de Georreferenciamento da Malha Fundiária.

Para viabilização desses programas e ações temos a ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificar e Requalificar proporcionando o crescimento profissional e melhorar os índices de satisfação dos serviços prestados ao nosso público da Reforma Agrária. A estes seguem ações voltadas à promoção de justiça social no meio rural, cidadania e garantia dos direitos. São, o Programa da Documentação da Trabalhadora Rural e a Mediação de Conflitos Agrários.

O Relatório de Gestão encontra-se estruturado da seguinte forma: Apresentação, Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas, Governança, Relacionamento com a Sociedade, Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, Áreas Especiais da Gestão, Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle.

Os desafios encontrados no exercício de 2015 para consolidar o Programa de Reforma Agrária consistem na falta de realização de algumas ações que são pré requisito para a consolidação do programa ações que deixam de serem executadas por dificuldades como capacidade técnica e operacional na superintendência, recurso limitado no orçamento.

3- Visão geral da unidade prestadora de contas

3.1- Identificação da unidade

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, criado através do Decreto nº1.110 de nove de julho de mil novecentos e setenta, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Em conformidade com o Regimento Interno do órgão a Superintendência Regional - SR/25 de Roraima compete: Coordenar e executar na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção fidedigna da instituição.

A Superintendência Regional - SR-25, possui a seguinte estrutura organizacional, a superintendência com jurisdição em todo o estado e 4 divisões sendo: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, que atua no gerenciamento e fiscalização de cadastro; Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento com sua atuação no processo de seleção e homologação de famílias para o Programa da Reforma Agrária; Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento que aglutina as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e garante acesso aos créditos, bem como os serviços básicos de infraestrutura; Divisão Administrativa que gerencia os recursos humanos e apóia as demais divisões e uma Unidade Avançada que fica localizada no município de Rorainópolis.

A Superintendência Regional de Roraima tem atuação em 12 municípios do estado exceto os municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia. Considerando o número de Projetos de Assentamento a escassez de recurso, redução de funcionários e baixo número de viatura, a superintendência procura mitigar os problemas existentes, visando à melhoria de vida para os assentados.

Para as áreas de Regularização Fundiária tivemos no ano de 2009, a criação do Programa Terra Legal que é executada pela Secretaria Executiva Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal a qual é ligada diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Quadro 1

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional do INCRA no Estado de Roraima		
Denominação abreviada: SR 25		
CNPJ: 00.375.972/0026-19		
Código SIORG: 4147	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373001
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(95)2121 - 5858 (95) 2121 -5841 - Fax (telefones sem funcionamento no momento)	
Endereço eletrônico: Não consta		

Página na Internet: http://www.incra.gov.br	
Endereço Postal: Rua Antônio Tavares Raposo, 40 - Calungá, CEP 69.303-190 Boa Vista-RR.	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
373001	Departamento de Administração Financeira - DAF- INCRA
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
	Não Há

Obs:

Telefonia (fixa)
Porque estamos sem o serviço de comunicação via telefone fixo, em virtude do entroncamento digital da Embratel instalado no atual prédio onde funciona a sede do INCRA não atende as especificações técnicas da Central Telefônica do INCRA, por ser antiga (ultrapassada) já tem 15 anos de uso. Solicitamos da Embratel que alterasse nosso link (regredisse), porém até o momento não obtivemos resposta nos questionamentos. Já foi informada a direção através de memorando, a necessidade de recursos para aquisição de nova central telefônica. Contamos apenas com o serviço de telefonia móvel - 99125 - 5006 usado pelo superintendente e 99114- 6572 uso da administração.

3.2 ÿ Finalidades e Competências

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

CAPÍTULO I

Natureza e Finalidade

Art. 1º. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pelo Decreto-lei nº. 1.110, de 9 de julho de 1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, com sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 6.812, de 3 de abril de 2009, tem como finalidades:

I - promover e executar a reforma agrária visando à melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;

II - promover, coordenar, controlar e executar a colonização;

III - promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e

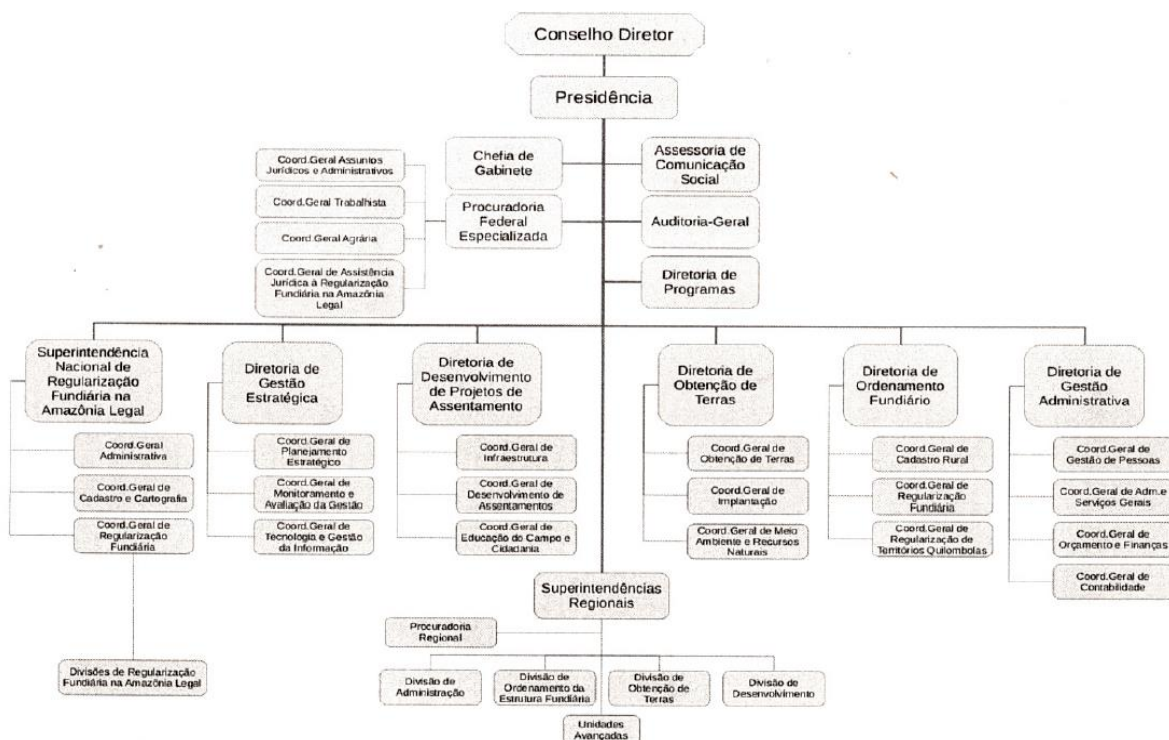
IV - gerenciar a estrutura fundiária do país.

3.3 ÿ Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

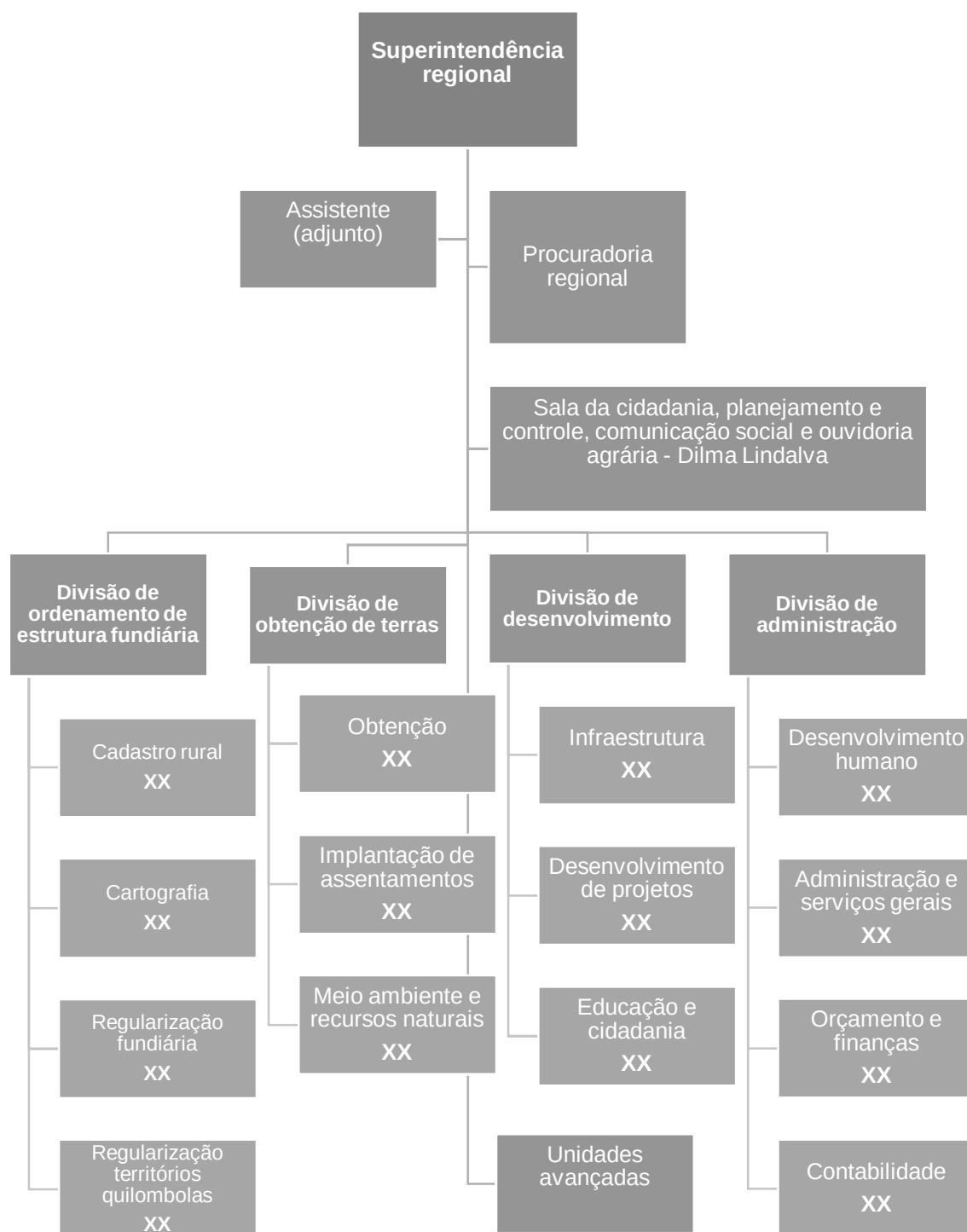
O INCRA foi criado pelo Decreto nº 1.110 de 09/07/1970, alterado pela Lei nº 7.231 de 23/10/1984. Seus direitos, competências, atribuições e responsabilidades estão estabelecidas na Lei nº 4.504 de 30/11/1964 ÿ ESTATUTO DA TERRA, Portaria nº 20, de 08/04/2009 ÿ Regimento Interno do INCRA, Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 ÿ Estrutura Regimental do INCRA, Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada Instruções Normativas, Normas de Execução, Manuais e Notas Técnicas, Manuais e publicações relacionadas às atividades da UPC os documentos referentes ao INCRA encontram-se na internet no endereço: <http://www.incra.gov.br/portal/>.

3.6 i Organograma

SEDE



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL



3.7.1 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos são entendidos pelos vetores "Ordenamento da Estrutura Fundiária", "Obtenção de Terras", "Desenvolvimento de Assentamentos" e. Nesse sentido, estão diretamente ligados a premissa funcional e institucional das respectivas Diretorias de DF, DT e DD. Remetendo esse entendimento para as regionais seriam representados pelas respectivas divisões.

3.7.1- Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária:

Compete coordenar e supervisionar a execução do Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural realizando as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR;

De natureza cartográfica, incluindo ações de georreferenciamento; de discriminação, arrecadação, destinação, controle e titulação em terras devolutas e públicas federais; de ratificação de titulação de imóveis em faixa de fronteira;

De controle do arrendamento e da aquisição de terras por estrangeiros; e de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas. Tem sob sua coordenação os setores de: Cadastro Rural e Cartografia;

Coordenar, acompanhar a implantação das Unidades Municipais de Cadastro de UMC realizada em parcerias com as Prefeituras através de ACT de Acordo de Cooperação Técnica

3.7.2 - Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento:

Compete coordenar e supervisionar as atividades, Obtenção, proceder à vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamentos de reforma agrária; atualizar a Planilha de Valor de Referenciais de Terra Nova de VTN;

Realizar cadastramento, seleção e homologação das famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamentos de reforma agrária;

Gerenciar o sistema de informações (Sipra) referente aos projetos de reforma agrária;

Encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos da reforma agrária; outras atividades de sua competência;

Acompanhar e supervisionar o trabalho de regularização ambiental pelo CAR (Cadastro Ambiental Rural).

3.7.3 - Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento por meio de:

Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica de estradas/ vicinais em projetos de assentamento;

Executar, supervisionar e fiscalizar a concessão de crédito instalação modalidade apoio inicial as famílias assentadas;

Acompanhar a execução de habitação rural através do Programa Nacional de Habitação Rural de PNHR de MCMV;

Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamentos e promover a retomada de parcelas irregularmente ocupadas; emitir contrato de concessão de uso de CCU;

Educação e Cidadania promover parcerias com instituições públicas de ensino para a implementação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) visando qualificar os assentados;

Execução na emissão de Documentação aos Trabalhadores Rurais através do Programa Nacional da Documentação da Trabalhadora Rural de PNDTR;

Acompanhamento e mediação de conflitos agrários.

3.7.4 i Macroprocesso de Apoio

São entendidos pelos vetores Administração e Planejamento. Na Sede são representados respectivamente pelas Diretorias DA, DE e Gabinete da Presidência. Nas Regionais representadas pela Divisão de Administração e a área de Planejamento junto ao gabinete.

4- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

4.1- Planejamento e resultados alcançados

O Planejamento da Superintendência Regional do Incra estado de Roraima denominada de SR-25, está em conformidade com a Lei 12.953, de 18 de janeiro de 2012 Plano Plurianual 2012/2015.

A Superintendência Regional i SR-25/RR, procura desenvolver suas ações e atingir suas metas previstas no seu planejamento, obedecendo ao cronograma de descentralização de recursos financeiros, bem como os prazos legais. Atuando em consonância com a diretrizes traçadas visando implementar o Programa de Reforma Agrária, no que diz respeito o acesso a terra.

A superintendência cumpre o calendário de programações de ações e metas anuais estabelecidas pela sede e pactuadas com esta superintendência, cabendo a superintendência buscar realizar ações com o objetivo de reduzir o passivo existentes a curto, médio e longo prazo. Cabendo a presidência do Incra delegar competência a Diretoria Estratégica para monitorar a execução das ações e propor quando necessário o ajuste das metas físicas e orçamentárias.

Quanto ao planejamento das ações, cada Divisão as quais compõem e coordenam os macroprocessos, executa as ações sob sua responsabilidade para consecução dos objetivos institucionais do órgão, visando alcançar os produtos finalísticos e permitindo ações corretivas que pudessem contribuir para o alcance das metas físicas.

Mesmo com todo esforço da SR em alcançar os objetivos estratégicos, os problemas estruturais do órgão ocasionam obstáculos para o desempenho qualificado das ações, dificuldades estas como limitação no efetivo de servidores, assim como não podemos deixar de citar que o atraso na aprovação do orçamento, bem como o contingenciamento orçamentário.

4.1.1-Informação sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

Quadro 2

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Famílias atendidas com crédito instalação ou equivalente concedido	Família	500	0
Supervisão e fiscalização da concessão do crédito instalação	Família	175	398
Famílias beneficiadas com implantação e/ou			

3.7.4 i Macroprocesso de Apoio

São entendidos pelos vetores Administração e Planejamento. Na Sede são representados respectivamente pelas Diretorias DA, DE e Gabinete da Presidência. Nas Regionais representadas pela Divisão de Administração e a área de Planejamento junto ao gabinete.

4- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

4.1- Planejamento e resultados alcançados

O Planejamento da Superintendência Regional do Incra estado de Roraima denominada de SR-25, está em conformidade com a Lei 12.953, de 18 de janeiro de 2012 Plano Plurianual 2012/2015.

A Superintendência Regional i SR-25/RR, procura desenvolver suas ações e atingir suas metas previstas no seu planejamento, obedecendo ao cronograma de descentralização de recursos financeiros, bem como os prazos legais. Atuando em consonância com a diretrizes traçadas visando implementar o Programa de Reforma Agrária, no que diz respeito o acesso a terra.

A superintendência cumpre o calendário de programações de ações e metas anuais estabelecidas pela sede e pactuadas com esta superintendência, cabendo a superintendência buscar realizar ações com o objetivo de reduzir o passivo existentes a curto, médio e longo prazo. Cabendo a presidência do Incra delegar competência a Diretoria Estratégica para monitorar a execução das ações e propor quando necessário o ajuste das metas físicas e orçamentárias.

Quanto ao planejamento das ações, cada Divisão as quais compõem e coordenam os macroprocessos, executa as ações sob sua responsabilidade para consecução dos objetivos institucionais do órgão, visando alcançar os produtos finalísticos e permitindo ações corretivas que pudessem contribuir para o alcance das metas físicas.

Mesmo com todo esforço da SR em alcançar os objetivos estratégicos, os problemas estruturais do órgão ocasionam obstáculos para o desempenho qualificado das ações, dificuldades estas como limitação no efetivo de servidores, assim como não podemos deixar de citar que o atraso na aprovação do orçamento, bem como o contingenciamento orçamentário.

4.1.1-Informação sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

Quadro 2

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Famílias atendidas com crédito instalação ou equivalente concedido	Família	500	0
Supervisão e fiscalização da concessão do crédito instalação	Família	175	398
Famílias beneficiadas com implantação e/ou			

recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Família	229	108
Famílias atendidas com assistência técnica	-	-	-
Famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)		-	-
Conceder bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica, pedagógica e social	50		48
Trabalhadores com capacitação técnica e formação profissional de nível médio, e superior para a Reforma Agrária	480 60		335 Em execução
Trabalhadores rurais assentados atendidos nas ações de Educação de jovens e adultos e EJA	1.200		874
Assentamento com regularização ambiental requerida pelo cadastro ambiental rural e CAR	67		67
Cadastro ambiental rural- perímetro	-		-
Cadastro ambiental rural(lote)	-		-
Supervisão ocupacional de projetos de assentamento	1000		1.060
Titulação e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	-		-
Demarcação topográfica em projetos de assentamento	-		-
Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural	8		5

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

De acordo com a edição de novas normativas e regulamento pelo Decreto 8.256 de maio de 2014, que orientam a forma de aplicação do novo crédito instalação nas modalidades apoio inicial, II, Fomento I, II, Fomento mulher e habitação foi realizada vistoria para identificação das famílias no Projeto de assentamento Alto Arraia, porém não houve assinatura dos contratos, porque os servidores do setor de crédito não tinham conhecimento suficiente sobre a operacionalização dos mesmos, o intervalo de tempo para cumprir o fluxo da aplicação do crédito, e a limitação de recursos financeiros para efetivação de todos os tramites que envolvem a concessão da modalidade do crédito. Quanto à supervisão e fiscalização do crédito instalação modalidade aquisição material de construção e AMC foram supervisionados 398 dos quais todos referentes à aplicação enquadrada na portaria 352/2013.

Em relação à Infraestrutura básica implantação e/ou recuperação de estrada foram atendidas 108 famílias do convênio firmado em 2015, nesta ação é preciso que seja feita uma ressalva, pois se formos verificar no nosso sistema de monitoramento (SIR) temos a informação de 1.969 famílias na modalidade de implantação de estradas e 390 famílias de obras de recuperação, informações estas que acreditamos serem todas inseridas nos sistemas em exercícios anteriores e que após esta gestão tomar conhecimento irá providenciar junto ao Incra/ sede a correção no sistema uma vez que o controle do referido sistema fica sob a responsabilidade da Diretoria Estratégica do Incra. O mesmo ocorre com

a ação Demarcação, Topografia em Projetos de assentamento que consta como serviço não concluído de 6.597 parcelas. Sendo que neste exercício não tivemos nenhuma execução.

No tocante à prestação do serviço assistência técnica aos assentados, não houve realização da ação devido não ter sido realizado o chamamento público. O mesmo ocorrendo com a ação agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol), na ação de qualificar os agricultores e filhos de agricultores foi realizado um curso de pós graduação em educação no campo executado em parceria com a Universidade Estadual de Roraima - UERR, a qual prevê no caderno de metas exercício 2015, o pagamento de 50 bolsas, porém foram disponibilizadas apenas 48 bolsas, esta ação teve todos os tramites realizado pelo Incra sede. Em relação à ação capacitação técnica formação profissional de nível médio e superior houve um convenio celebrado com a Universidade Federal de Roraima através da Fundação Ajuri, convenio este iniciado em 2012, sendo que o curso de nível médio já foi finalizado e dos 480 alunos inicial, somente 335 alunos concluíram o curso, quanto ao curso superior continua em execução através de prorrogação de ofício. No curso de educação de jovens e adultos - EJA, informamos que são 2 cursos: um de alfabetização e um de 1ª a 4ª. Os mesmos também tiveram os seu inicio no ano de 2012 com 1.200 alunos inicial os referidos cursos tiveram a sua conclusão em 2015, atendendo 874 alunos (destes 350 de 1ª a 4ª e 524 de alfabetização). Na ação de supervisão e levantamento ocupacional o trabalho realizado resultou na totalidade de 1.060 parcelas vistoriadas.

No exercício de 2015 não houve emissão de Titulo de Domínio devido as Normativas ainda não terem sido ditadas pela presidência do Incra.

iii. Resultados estratégicos previstos

Quadro 3

Curto prazo 2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
A supervisão e fiscalização de 398 créditos; os 67 assentamentos inseridos no CAR; Formação de 335 educandos no Curso de Nível Médio, e 874 nos cursos de 1ª a 4ª e Alfabetização; assentamento de 335 famílias no PNRA; Implantação de 05 Unidade Municipal de Cadastro - UMC; Supervisão Ocupacional de 1060 parcelas; Atualização de Cadastro Rural no	Efetivar a concessão de crédito em todas as modalidades; Contratar serviço de ATER; Promover novos cursos (Pronera) para qualificar mais agricultores; Previsão de encerramento das obras de infraestrutura básica (estradas); Dá a celeridade na implantação das UMC;	Não há como Prever estamos passando por mudanças de estrutura organizacional

SNCR.Certificação de 462 imóveis em Projeto de Assentamento, 06 Glebas Públicas Federais e 193 imóveis particulares.

Execução descentralizada com transferências de recursos

Quadro 4

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	08	Prestadas	Dentro do prazo	01
			Fora do prazo	
Total de valores repassados	R\$ 22.793.156,66	Não prestadas	Dentro do prazo	
			Fora do prazo	07

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

A Superintendência Regional está adotando as providências levando em consideração a sua capacidade técnica e operacional utilizando como prática o monitoramento de consultas ao SICONV e ao SIAFI para constante acompanhamento dos Convênios, visando dessa forma, garantir os prazos de entregas de prestação de contas, e dar maior celeridade ao processo de análise de prestação de contas. Essa ação conta com a colaboração dos fiscais vinculados a cada convenio, através de ordens de serviço, contamos com 4 convênios com sua execução vigente, aguardando liberação de recursos financeiros.

Os convênios constante no Siconv que se encontram na situação **a Comprovar** já estão sendo adotadas as medidas necessárias junto as Convenientes. Em relação aos convênios na situação **na aprovar** celebrados em exercícios anteriores, apenas o SIAFI 506990 encontra-se com a prestação de contas pendente de análise contábil.

Ordenamento da estrutura fundiária

Quadro 5

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
Ação 1	PO01	UN	08	05	12.090,00	12.090,00	12.090,00	9.905,61	9.905,61	-
Ação 2	PO01	FISC. IMOVEL	32	-	12.213,00	12.913,00	-	-	-	-
é										

Não tivemos inscritos restos a pagar nesta ação na superintendência.

Análise

AÇÃO-I: Os recursos descentralizados no exercício de 2015 para deslocamento de servidores objetivando a efetuar treinamento com servidores da SR e servidores municipais com fim de implantação e pactuação de Unidade Municipal de Cadastramento - UMC. A meta a ser atingida era um total de 08 (oito), entretanto, os recursos não foram compatíveis para a implantação em sua totalidade, foram pactuadas 05(cinco) UMC.

AÇÃO-II: Quanto à fiscalização cadastral, foram descentralizados com fim de efetuar 32 (trinta e dois) imóveis, porém, os recursos enviados a essa SR foram estornados ao tesouro nacional por força de medida de contingenciamento de recursos (emprenho anulado)

O exercício de 2015 foi marcado por uma grave crise político-financeira no país, situação esta que trouxe reflexos para nossa instituição, prejudicando a execução do planejamento. Como a pactuação de metas físicas e estabelecida no início do ano, tinha-se a perspectiva de realizar várias atividades. Porém, os vários contingenciamentos aplicados ao longo do ano impediram que se pudessem aplicar os recursos inicialmente previstos, provocando a não conclusão de várias demandas. Nesta Regional não foi diferente, os recursos de fiscalizações de cadastro rural foram estornado a direção central, ficando essa ação sem efetuar uma fiscalização por falta de recursos financeiro.

Da atuação do Serviço de Cadastro Rural depende o gerenciamento da manutenção dos cadastros de imóveis rurais no país atualizados, via dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR. As atualizações são realizadas seguindo normativos internos, sendo o detentor de posse ou proprietário de imóvel rural o principal responsável em prestar informações atualizadas para inserção no SNCR. Quando da omissão do responsável, as atualizações são realizada **sex officio** por um Fiscal de Cadastro Rural do INCRA, o que é feito mediante pesquisa e tratamento dos dados e informações sobre o uso e a posse da terra.

A partir da ampliação da malha de acesso ao SNCR, possibilitada pela implantação da Sala da Cidadania Digital, pelo firmamento de Acordos de Cooperação ou implantação de Termos de Cooperação Técnica entre a Regional e as prefeituras da área sob jurisdição da SR, foi possível aproximar o Serviço de Cadastro Rural de seus principais clientes, os detentores de áreas rurais, facilitando, desta forma, a regularização e a fiscalização cadastral.

O delineamento da meta física de atualizações cadastrais é elaborado a partir de estimativas fundamentadas nas execuções de anos anteriores. Considerando que a atualização cadastral é um serviço que está à disposição do cliente, as demandas não são geradas internamente, mas a partir das solicitações dos próprios interessados. Ou seja, a execução desta meta depende diretamente das necessidades dos detentores de imóveis rurais que demandam o serviço do INCRA.

Ano após ano, esta meta alcança patamares maiores em virtude de todo o investimento feito pela instituição para facilitar o acesso dos detentores de imóveis, o que certamente os tem incentivado a procurar o serviço. Além disso, há muito investimento na realização de parcerias com as prefeituras e outras entidades para celebração de Termos e Acordos de cooperação técnica.

Assim, o planejamento proposto no na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, novamente apresentou um

excelente rendimento no exercício de 2015. A meta física foi estabelecida, atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, porém foi executada com muita robustez. Esses dados demonstram que os investimentos nesta política pública tem se refletido na informação e na conscientização da população em atender às demandas do cadastro, contribuindo para o reconhecimento atualizado da malha fundiária no Estado.

Além disso, a Superintendência concluiu no exercício de 2015 a pactuação e assinatura de 05 (cinco) Acordo de Cooperação Técnica, com as Prefeituras Municipais em Roraima, para implantação manutenção de Unidade Municipal de Cadastramento - UMC, ativos. Também realizou a capacitação de 10 (dez) servidores municipais para atuarem nas respectivas unidades destas UMC.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Esta superintendência possui sob sua jurisdição 67 projetos de assentamento ainda em fase de conclusão, para complementação da base cartográfica. Com o advento do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) que é uma ferramenta eletrônica desenvolvida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA para subsidiar a governança fundiária do território nacional, lançado em novembro de 2013. A certificação de imóveis alcançou o patamar de 462 imóveis em Projeto de Assentamento, 06 Glebas Públicas Federais e 193 imóveis particulares.

Quadro 6

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2015		
Processos protocolados		
Estoque inicial de processos protocolados até 2015		271
Processos protocolados em 2015	+	
Processos analisados em 2015	-	106
Estoque final de processos protocolados em 2015	=	165
Processos analisados		
Estoque inicial de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)		271
Processos analisados em 2015	+	106
Processos arquivados em 2015 (a)	-	15
Processos certificados em 2015 (b)	-	09
Estoque final de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	141
Processos concluídos		
Processos arquivados em 2015 (a)	+	15
Processos certificados em 2015 (b)	+	09
Total de processos concluídos (a + b)		24

Análise

Quanto à Base Cartográfica da Superintendência Regional conta com perímetros 67 (sessenta e sete) de Projetos de Assentamentos ainda em fase de conclusão. A tabela acima representa o status de processos físicos de certificação de georreferenciamento que tramitaram em 2015. O estoque inicial faz referência aos processos que permaneciam sem conclusão, e que foram formalizados dentro do prazo estabelecido antes da implantação do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF. Na maior parte dos casos dos processos remanescentes, os interessados foram notificados ao longo de 2015 e o processo segue o rito de aguardar a manifestação em 60 dias, pelo interessado, para que o técnico possa dar prosseguimento à análise final do processo e defina a certificação ou não. Vale ressaltar que os processos informados foram do Sistema Nacional de Certificação de Imóvel-SNCI, o qual efetuava-se procedimentos de certificação de imóvel em processos físicos existentes na SR. Com o advento do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF é uma ferramenta eletrônica desenvolvida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA para subsidiar a governança fundiária do território nacional, lançado em novembro de 2013. A certificação de imóveis via Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF alcançou o patamar de 462 imóveis em Projeto de Assentamento, 06 Glebas Públicas Federais e 193 imóveis particulares.

Por esse sistema são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais, públicos e privados, gerando assim a certificação do imóvel dos interessados. Por meio do SIGEF é realizada a certificação de dados referentes a limites de imóveis rurais (§ 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973) e a gestão de contratos de serviços de georreferenciamento com a administração pública.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

A Superintendência Regional de Roraima no ano de 2008 realizou um levantamento de campo com visitas in loco a determinadas localidades do estado, visando identificar a possível existência de populações negras tradicionais, oriundas de processos migratórios antigos e recentes de outros estados ou países vizinhos. Embora tenhamos nos empenhado em buscar o máximo de informações sobre o assunto, constatamos que, apesar de existir uma concentração de famílias negras afro-descendentes procedente de várias regiões do país, não foi possível se constatar a presença de uma comunidade quilombola no estado naquele momento.

O trabalho foi realizado pelo servidor José da Guia Marques - Analista em Desenvolvimento Agrário/ Antropólogo.

Considerando as informações acima esta superintendência não trabalha com a ação de reconhecimento de comunidades quilombolas.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

As metas físico-orçamentárias foram realizadas conjuntamente entre os Serviços da Divisão e a Chefia, o controle da disponibilização orçamentária para atendimento da execução de metas físicas foi mediado pela Chefia da Divisão junto ao Superintendente da Regional. A observância da execução das metas foi inserida e controlada, mês a mês, nas planilhas de monitoria de ações da Superintendência pelos responsáveis de cada Serviço

afeto à Divisão. Todas as ações foram executadas em acordo com as metas pactuadas pela Superintendência e a disponibilidade de recursos. Ações que não demandaram descentralização orçamentária, como as análises de processos de certificação e de cadastro que não exigiram vistoria, foram incluídas no cronograma de execução de atividades de cada um dos Serviços, ressaltando os prazos para manifestações dos interessados dispostos nas normativas pertinentes. Já as ações sujeitas à disponibilização de recursos para trabalho em campo, foram reguladas e fiscalizadas com base na demanda operacional executadas por partes das equipes técnicas e na análise do trabalho concluído, caracterizando-os pelo alcance total ou parcial dos objetivos previamente estabelecidos.

v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A meta prevista para o exercício de 2015 foi de 1.100 atualizações cadastrais, sendo alcançada a atualização de 1.774 cadastros. Para 2016 está prevista um total de 1.100 atualizações, que deverá ser atingida mediante o fortalecimento da rede de UMC nos municípios e mediante atendimentos de produtores rurais, oriundo de projetos de assentamento e regularização fundiária. Informamos ainda que a Superintendência Regional ainda em 2016 implantará mais 03 Unidades Municipal de Cadastramento, mediante Acordo de Cooperação Técnica - ACT, com Prefeituras Municipais e como a capacitação de servidores e supervisão continuada de seus responsáveis.

2016 - Certificação de 165 imóveis, mediante finalização e arquivamento de processos.

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Gráfico 1

Índice de cadastramento de imóveis rurais

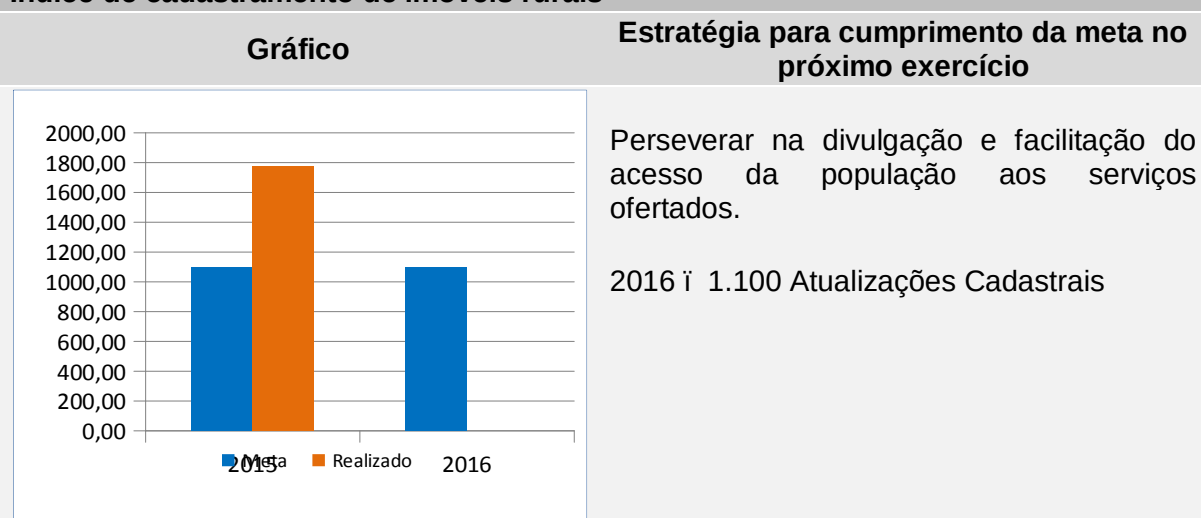


Gráfico 2

Índice de análise de processos de certificação de imóveis

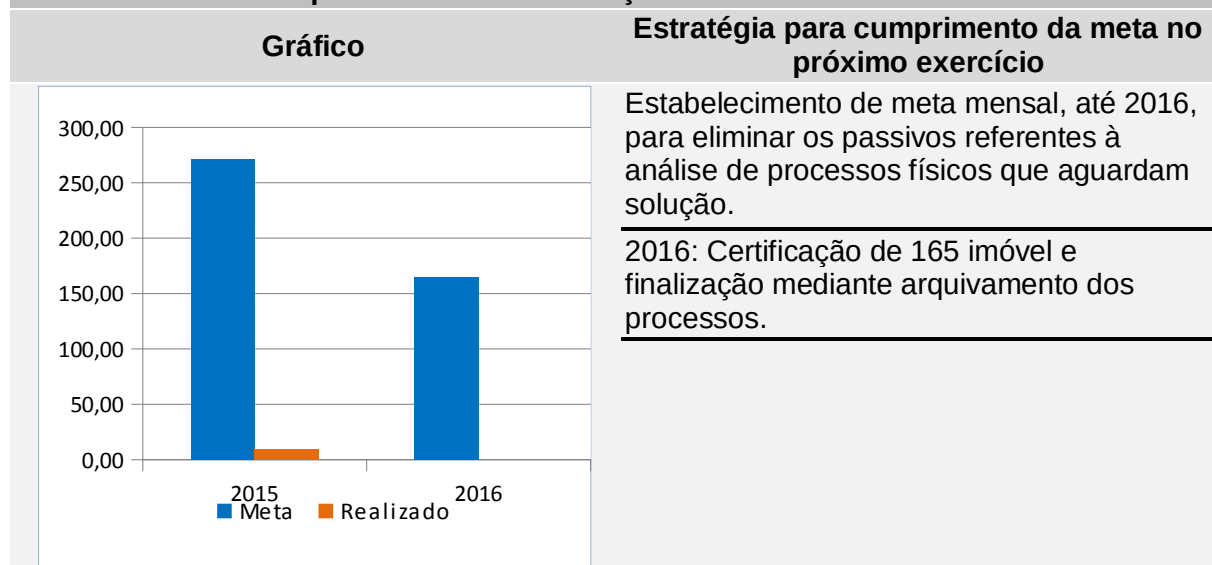
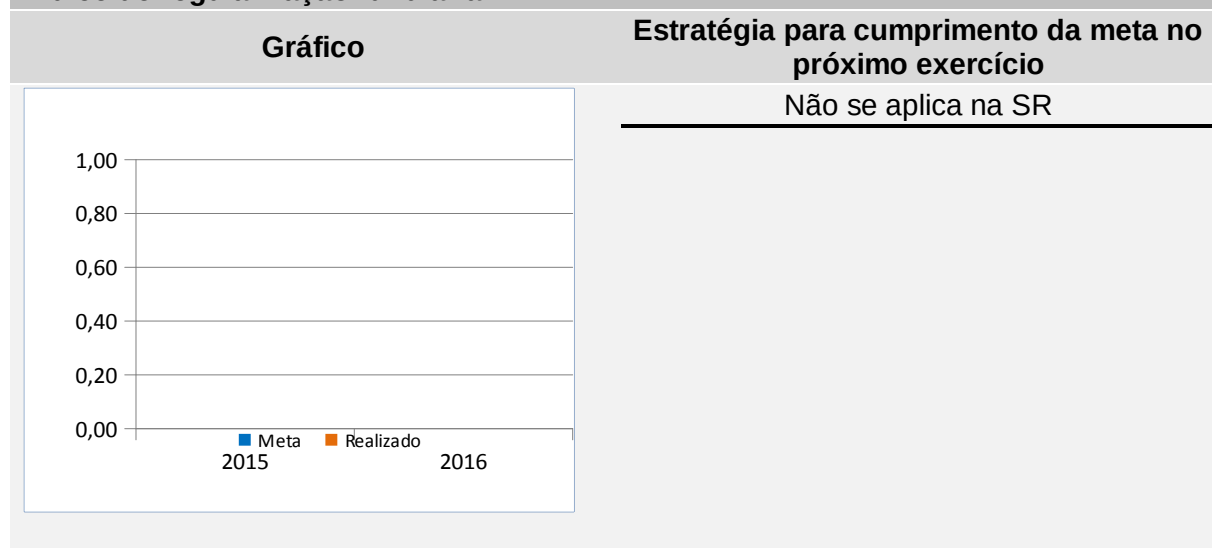


Gráfico 3

Índice de regularização fundiária



vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.

Não se aplica a esta Superintendência

Quadro 7

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluído no Programa Terra Legal	
Estoque inicial de processos protocolados em 2015	
Processos protocolados em 2015	+
Analisados em 2015	-
Estoque final	=
Planejados para atuação em 2016	

Análise

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Este item deve ser preenchido pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Quadro 8

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais incluídos no Programa Terra Legal	
Processos planejados para 2015	410
Processos analisados em 2015	217
Planejados para atuação em 2016	193

Análise

Foram protocolados na Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, 410 processos, destes 217 foram analisados para efeito de liberação de cláusulas e o estoque final de 193 processos de regularização fundiária que não conseguimos analisar devido problemas com o georreferenciamento dos mesmos, a falta de certificação das glebas e glebas não liberadas pela Câmara Técnica.

Inicialmente o Programa Terra Legal de Roraima, realizou as suas atividades relacionadas à análise de cláusulas resolutivas, sendo que também foram trabalhados processos de regularização urbana. No entanto, não se trabalhou a Portaria nº23/2010, que trata os processos de Regularização Fundiária.

Em 2015 foram pactuados 56 processos, destes 50 processos foram para liberação de cláusulas e 06 processos de doação de núcleo urbano.

Dos processos analisados, 42 são processos de liberação de cláusulas e 01 processo de doação de núcleo urbano.

Para 2016, estimamos o planejamento de 55 processos de liberação de cláusulas e 06 processos de doação de núcleo urbano, totalizando 61 processos.

Ainda este ano, está previsto o início do processo de georreferenciamento já contratado em mais de 40 núcleos urbanos, bem como, os trabalhos de regularização destes.

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso i Obtenção de Terras

Quadro 9

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
211A	Cadastro, seleção e homologação de famílias	Família assentada	350	407	108.434	102.908,10	102.908,10	102.908,10	102.908,10	
211A	Gestão Ambiental em Projetos de assentamento		0	0		34.896,23	34.896,23	30.666,83	30.666,83	
211A	Vistoria para Obtenção de Imóveis Rurais i suporte finalístico	-	-	-	-	7.170,00	7.170	7.004,46	7.004,46	
211 ^a	Vistoria para Obtenção de imóveis Rurais	-	0	0	-	52.605,50	14.296,00	14.296,00	14.296,00	

Quadro 10

Execução de restos a pagar i Não teve nesta ação na SR								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
Ação 1								
Ação 2								

Análise

A meta física estabelecida para o exercício 2015 na ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias para o Programa Nacional de Reforma Agrária, foi 350 famílias, conseguimos assentar 407 famílias, o cadastramento das famílias se deu em projetos antigos que disponibilizavam vagas.

Com relação a análise crítica do planejamento e resultados obtidos nas atividades de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, no exercício do ano de 2015 não houve a ação na superintendência do INCRA/RR.

Quanto aos recursos liberados através da ação:

Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma T211A000240, foi liberada através da nota de crédito 2015NC007515 e 2015NC007638. Recursos liberados para atender deslocamento dos servidores para participarem da oficina sobre o Planejamento do PAV ã Projeto de Assentamento Verde que faz parte do Termo de Compromisso assinado entre Incra e MPF.

Recurso liberado na ação Vistoria para Obtenção de Imóveis Rurais ã suporte finalístico T211A000740 recurso liberado através da nota de crédito 2015NC002003 para atender o deslocamento do Superintendente e o Chefe da Divisão de Obtenção para participarem de encontro em Brasília.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Os projetos de assentamento sob a jurisdição desta superintendência foram criados até 2013, visto que a Resolução do Conama nº 458/2013 proíbe a criação de novos projetos na área da Amazônia Legal. A modalidade de obtenção mais adotada e custos por hectares não se aplica nesta superintendência, por se tratar de utilização de terras públicas. Embora a superintendência hoje tenha demanda apresentada pelos movimento social representativo dos trabalhadores rurais, a principio não temos como apresentar uma estratégia para prosperação de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Não houve na superintendência obtenção de terra de forma onerosa.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

Em conformidade com a Resolução do Conama nº 458/2103 na qual estabelece que não haja mais a necessidade de licenciamento dos projetos de assentamento e sim o licenciamento das atividades desenvolvidas pelos próprios agricultores, dessa forma a responsabilidade do pedido da licença fica a cargo de cada agricultor

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

No monitoramento dos assentamentos de Roraima, foi verificado que menos de 2% da área foi desmatada entre 2012 e 2014 (TERRACLASS ã Embrapa ã INPE), o que não é preocupante e em muitos casos se enquadra na modalidade simplificada de licença de supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo para a agricultura familiar. Com isso constata-se que não há passivo ambiental

Em parceria Incra e UFLA (TED) foi enviado para a UFLA os dados shape dos 67 Projetos de assentamento, já foram concluídos os cadastro ambiental rural dos perímetros dos projetos.

i. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Não se aplica nesta Superintendência

Quadro 11

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2015 e anteriores para fins de registro

Deliberação acórdão 557/2004 ã TCU-Plenário ã item 9.2.6

9.2.6. adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:

9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;

9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

Quadro 4 - Não se aplica na SR

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992

Conta contábil	Descrição	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2015

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

A principal estratégia utilizada pela superintendência para o atendimento do público da Reforma Agrária é promover o assentamento de famílias em parcelas nos assentamentos antigos com vagas disponíveis ou oriundas de procedimentos de retomada de lotes ocupados de forma irregular.

O assentamento dessas famílias significa a médio e em longo prazo a inclusão econômica e social de pessoas que obterão renda a partir de sua produção. Portanto a superintendência considera esta ação como prioritária, porém contamos com uma dificuldade que se trata da demora no retorno da homologação das famílias que após serem inseridas no sistema (Sipra) do Incra fica aguardando a liberação pelo sistema da DATAPREV sistema utilizado a nível nacional.

A UPC recebe suas demandas (individual) na sede e na Unidade Avançada de Rorainópolis, além das demandas apresentadas pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A Divisão de Obtenção de Terras da Superintendência Regional do Incra em Roraima dispõe do Sistema de Informações do Programa de Reforma Agrária - SIPRA, para efetuar o cadastramento dos candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, bem como das famílias beneficiadas. O sistema permite o controle de todas as informações do beneficiário e do cônjuge, tais como nome completo, CPF, recebimento de crédito, da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), se foi contemplado com casa através do programa nacional de habitação rural - PNHR, bem como da situação do assentado, se está regularmente assentado, eliminado ou evadido, se foi transferido de outro lote, inclusive no âmbito de outra Superintendência do INCRA em qualquer estado da Federação. O SIPRA é operado por meio de senhas/permissões fornecidas especificamente para os servidores lotados neste setor para alimentação das informações.

Todos os servidores da Superintendência, inclusive o Superintendente, podem ter senha de acesso ao SIPRA, exclusivamente para consulta das informações. O controle do SIPRA é realizado diretamente pelo Incra nacional. Contudo, o gestor local atua de forma efetiva para garantir a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.), eis que a inserção de quaisquer dados/alterações carecem de autorização do Superintendente, que é dada por escrito nos processos administrativos autuados para tais finalidades. Quando necessário, os procedimentos são submetidos à apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA.

A segregação de funções existe na forma estabelecida no Regimento Interno do INCRA, de tal forma que o servidor detentor de senha despacha para o chefe da Divisão, que por sua vez solicita autorização/anuência do Superintendente. As prioridades no atendimento são definidas de acordo com o estabelecido na Programação Operacional do INCRA, com vistas ao cumprimento das metas ao final de cada exercício.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Em relação aos gastos com obtenção de terras, esta superintendência não trabalha com essa ação. Quanto ao Licenciamento Ambiental esta ação esta prevista dentro do plano de metas do PAV ã Projeto de Assentamento Verde, e é uma ação também desenvolvida conjuntamente com a ação de assistência técnica que ocorre através de chamamento público.

Gráfico 4

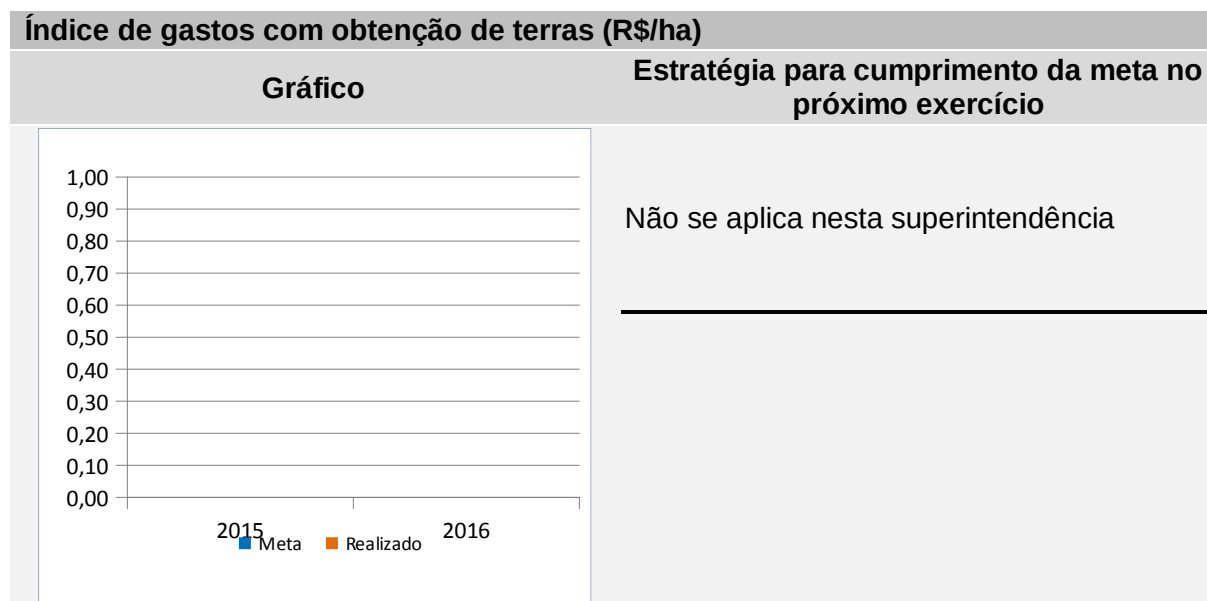


Gráfico 5

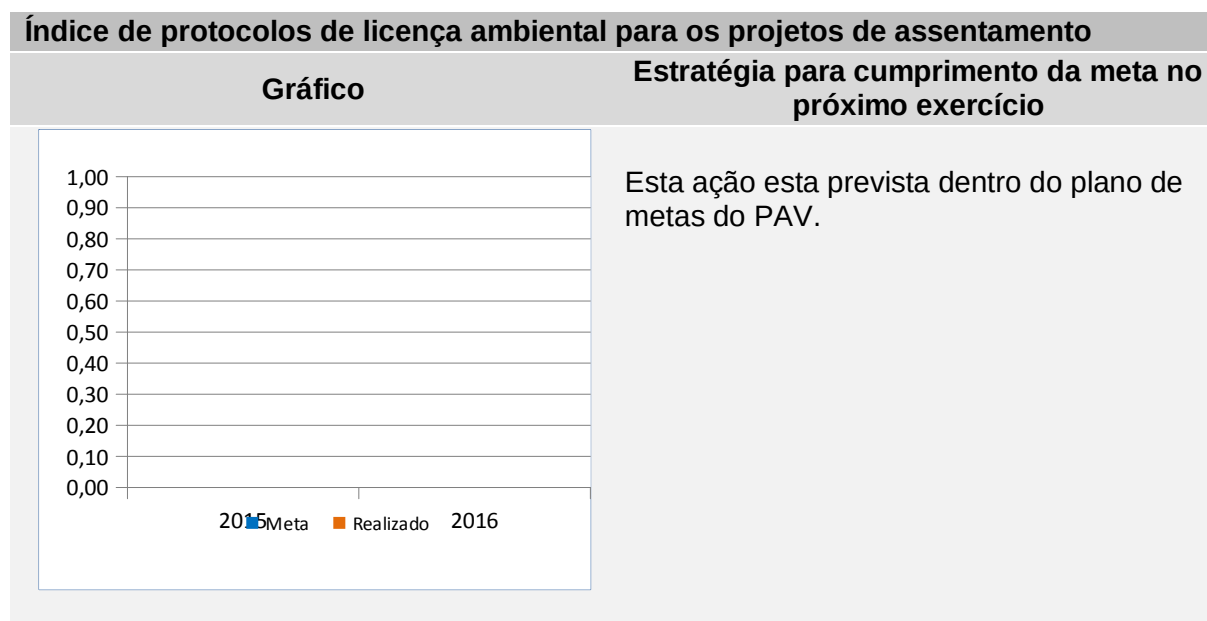
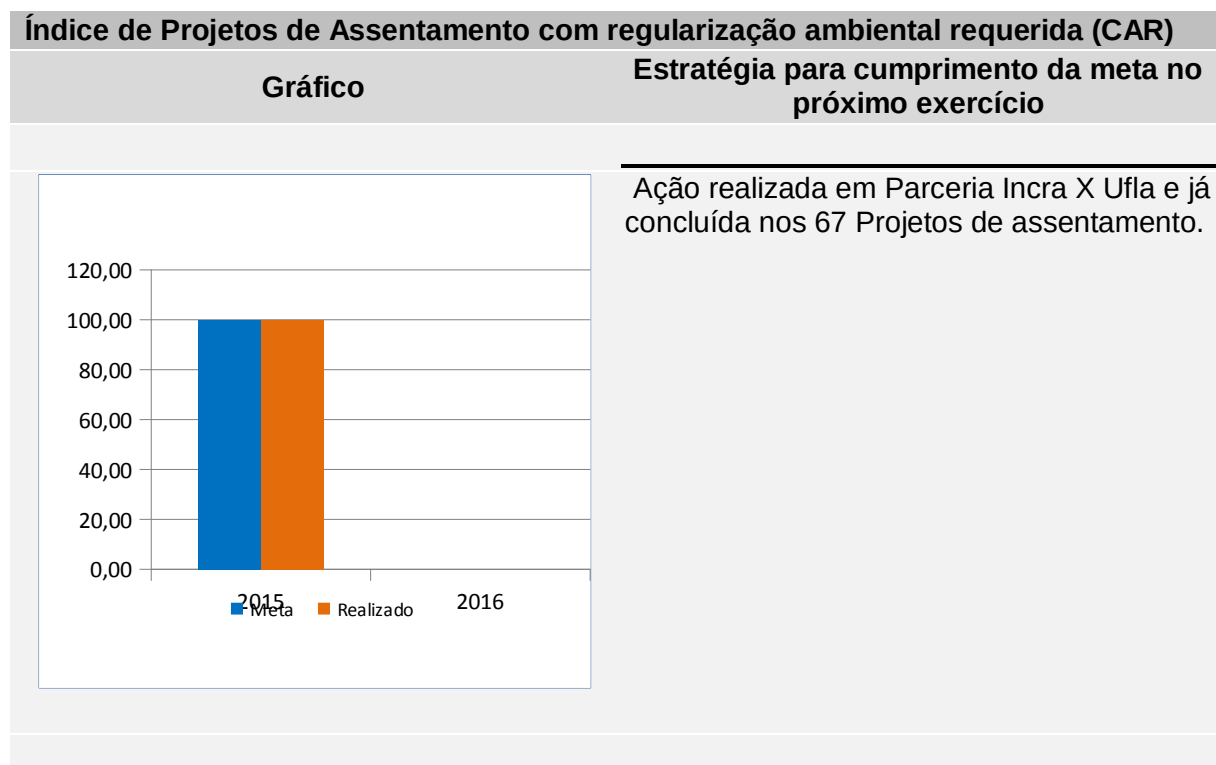


Gráfico 6



x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Este item deve ser preenchido apenas pelas Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Como não houve criação de projeto de assentamento no ano de 2015, não existe relatório consolidado.

Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Quadro 13

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/ unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	-	-	-	13.200,00	11.005,68	11.005,68	11.005,68	-
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade	500		78.530	-	-	-	-	-
211 ^a	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	229	108	3.162.942,00	2.396.412,19	2.389.580,88	2.289.580,88	1.959.041,34	-
211A	Fomento à Agroindustrialização	Família beneficiada /	-	-	-	-	-	-	-	-

	e à Comercialização - Terra Sol	unidade								
211 ^a	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	175	398	-	89.379,90	87.809,99	82.809,99	82.809,99	-
211 ^a	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade	1000	1.060	-	318.000,00	240.594,17	240.594,17	240.594,17	-
211 ^a	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	-	-	-	8.000,00	7.999,70	2.272,05	2.272,05	-
211 ^a	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade	1200	1200	2.424.000,00	42.807,90	34.584,32	34.584,32	34.584,32	-
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade	-	540	66.810	66.810,40	66.810,40	-	-	

210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
------	--	-----------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

Quadro 14

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	-	35.387,08	0	33.598,00	1.789,08	
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado / unidade	-	2.840,00	0	0	0	
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade	-	-	-	-	-	
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade		-	-	-	-	1.430.399,25
211A	Fomento à Agroindustrialização	Família beneficiada /	-	-	-	-	-	

	e à Comercialização - Terra Sol	unidade						
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	-	6.820,00	0	4.498,51	2.321,49	
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade		1.060	-	-	-	
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	-	-	-	-	-	
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade	-	-	-	-	2.618,05	
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade	1200	-	-	-	-	

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

Apresentamos um breve relato sobre a infraestrutura básica nos projetos de assentamento sob a jurisdição da superintendência.

Estradas Vicinais:

Estima-se que nos 67 projetos de assentamento criados pelo INCRA/RR foram construídos aproximadamente 3.000,00 Km de estradas vicinais, onde parte dessas estradas estão em condições normais de tráfego e cerca de 50% das estradas precisam de recuperação. Por outro lado, segundo levantamento por meio de imagens de satélite, restam em torno de 1.000,00 Km de estradas vicinais necessitando da primeira abertura para dar acesso aos lotes de terras.

Energia Elétrica:

Alguns projetos de assentamento foram atendidos parcialmente com energia elétrica, por meio de recursos oriundos de várias fontes, como Programa Luz Para Todos, Emenda Parlamentar, SUFRAMA e recurso próprio do INCRA. O atendimento parcial de alguns PA's, deixando agricultores sem energia, ocorreu por limitação de recursos, falta de estradas, e ausência do agricultor no seu lote de terra, na época da implantação da rede elétrica. Entretanto ainda existem muitas vicinais e até projetos de assentamento sem energia elétrica (sem o número exato desta demanda pois a mesma requer um trabalho de campo).

Abastecimento de água:

Encontramos nos projetos de assentamento algumas agrovilas atendidas com sistema de abastecimento de água. Geralmente nos lotes, os agricultores fazem a captação e armazenamento da água por conta própria, tanto para consumo humano ou para manter criações de animais domésticos.

Segundo as diretrizes do governo para universalização do abastecimento de água, são prioritários os projetos de assentamento, sobretudo as agrovilas, onde normalmente se concentram moradias, instituições públicas, comércio e eventos.

Este relato superficial é apenas uma introdução das informações sobre a situação da infraestrutura nos PA's. Um diagnóstico detalhado, que retrata a situação atual dos PA's, deve ser elaborado com base nas vistorias de campo, dados cartográficos e considerações das informações percebidas pelos agricultores assentados.

O diagnóstico pode ser feito por uma ou várias equipes, com uma coordenação técnica, responsável por juntar as informações, processar os dados e apresentar o mapeamento com resultados efetivos sobre a infraestrutura existente e necessidades de cada projeto de assentamento. Entendemos que este estudo é de extrema importância para nortear o planejamento das ações de desenvolvimento dos projetos de assentamento.

O Serviço de Infraestrutura/Obras de Engenharia, desenvolve inúmeros trabalhos de levantamento de campo, elaboração de projetos de engenharia, fiscalização e acompanhamento de obras, formulação de toda documentação referente à licitação, contratos e convênios, estudo dos processos de construção e manutenção das instalações da sede regional e a unidade avançada, elaboração de relatórios e pareceres para dar respostas aos órgãos de controle interno e externo, dentre outros. Considerando o extenso e demorado trabalho de vistorias necessárias para elaboração de um diagnóstico nos projetos de assentamento, com apenas 03 (três) engenheiros na SR-25/D1, levaríamos no mínimo 08 meses para percorrer todas as vicinais do Estado de Roraima, coletando dados do assentamento e informações com agricultores. Porém, os demais trabalhos desenvolvidos pelos engenheiros ficariam prejudicados.

Para fazermos um diagnóstico com dados reais de cada vicinal ou assentamento, e ao mesmo tempo atender todas as demandas da SR-25/D1/Engenharia, precisamos contar com uma equipe composta de 08 servidores, logística de transporte e custeio com 650 diárias/ano, 5.000 litros de combustível/ano, 02 viaturas em boas condições de funcionamento, 04 GPS com função de cadastro, 04 máquinas fotográficas, 08 computadores, 04 notebooks, 04 trenas de 30,00m, 04 trenas de aço de 5,00m, EPI's (agrônomo só vai no campo com EPI), 01 impressora, e material de expediente. Hoje contamos com apenas 03 engenheiros e uma estagiária. Faz parte do nosso material de apoio quatro computadores e apenas 01 GPS. Não

temos máquina fotográfica, notebook, trena, nossa impressora apresenta problemas devido ao longo período de uso. A quantidade de diárias disponíveis para área de engenharia é insuficiente para atender até as fiscalizações das obras em andamento, falta combustível em alguns períodos, a maioria das viaturas do INCRA não estão em boas condições de uso, tanto que nas últimas três viagens que realizamos tivemos problemas com o veículo.

O fortalecimento do setor de engenharia é essencial para o desenvolvimento das ações do INCRA. Desta forma, com planejamento adequado, teremos condições de atender a demanda solicitada, além da elaboração de projetos de construção e recuperação de estradas vicinais, sistemas de abastecimento de água, demandas de eletrificação rural, projetos de infraestrutura de apoio a produção agrícola, como casas de farinha, pequenas fábricas de processamento, obras de piscicultura (açudes), suinocultura, e outras obras de apoio a agricultura familiar. Hoje estamos fazendo muito pouco, em função do número de servidores, falta de logística e escassez de recursos para execução de obras.

Para atender a infraestrutura básica nos PA's, diminuindo gradualmente o seu déficit, governo federal precisaria liberar ao longo de 05 anos, pelo menos 50 milhões por ano, para investimento em estradas, abastecimento de água e eletrificação rural, valor muito acima do recebido pela SR-25 nos anos anteriores.

Quadro 15

Levantamento de Estradas- Estimativa através do Google Earth

Nome	Município	Estradas Construídas (Km)	Estradas a Construir (Km)
PA AJARANI	IRACEMA	20,61	11,10
PA AMAJARI	AMAJARI	32,00	27,00
PA ANAUÁ/* 13 assentados	RORAINOPOLIS	404,13	153,20
PA BOM JESUS	AMAJARI	12,00	25,60
PA BOM SUCESSO	SÃO LUIZ	48,28	0,00
PA CAXIAS	CANTA	69,88	16,58
PA CUJUBIM	CARACARAÍ	26,40	16,48
PA EQUADOR	RORAINOPOLIS	29,24	12,67
PA ESPERANÇA	CANTA	11,60	0,00
PA INTEGRAÇÃO	RORAINOPOLIS	76,48	7,41
PA ITA	CARACARAÍ	34,89	0,00
PA JACAMIM	CANTA	10,00	4,00
PA JAPÃO	IRACEMA	72,68	5,78
PA JATAPU	CAROEBE	294,18	47,21
PA JUNDIÁ	RORAINOPOLIS	44,00	0,00
PA LADEIRÃO	RORAINOPOLIS	17,84	69,37
PA MARANHÃO	IRACEMA	68,98	12,46
PA MASSARANDUBA	IRACEMA	51,77	17,65
PA NOVA AMAZÔNIA	BOA VISTA	157,00	0,00
PA NOVO PARAÍSO	CARACARAÍ	17,11	16,61
PA PAREDÃO	ALTO ALGRE	89,36	24,45
PA QUITAUAU	CANTA	50,30	11,00
PA RIO DIAS	CARACARAÍ	13,06	20,03
PA RR-170	CARACARAÍ	95,52	0,00
PA SAMAUMA	MUCAJAI	76,50	68,43
PA SÃO JOSÉ	IRACEMA	12,60	0,00
PA SÃO LUIZÃO	SÃO JOÃO DA BALIZA	43,98	0,00
PA SERRA DOURADA	CARACARAÍ	37,98	17,52
PA TABOCA	CANTA	0,00	10,00

PA TATAJUBA	CANTA	28,00	11,00
PA TEPEQUÉM	AMAJARI	49,30	18,04
PA UNIÃO	CANTA	36,63	28,58
PA VILA NOVA	MUCAJAI	22,64	9,26
PA VILENA	CANTA	31,89	0,00
SUB-TOTAL		2.086,82	661,43

Quadro 16

Levantamento de Estradas (PA's NOVOS)

PA NOVA AMAZÔNIA - I	BOA VISTA	80,5	50,00
PA ANGELIM	CARACARAÍ	0,0	8,40
PA CAFERANA	CANTA	25,0	7,00
PA CASTANHEIRA	CARACARAÍ	20,0	0,00
PA CUPIUBA	CARACARAÍ	28,0	0,00
PA JATOBÁ	CANTA	20,0	32,00
PA PAU BRASIL		16,0	20,00
PA PAU RAINHA	CANTA	26,0	26,00
PA SERINGUEIRA	CANTA	0,0	27,5
PA SERRA TALHADA	SÃO JOÃO DA BALIZA	18,0	0,00
PA CHIDAUA	CARACARAÍ	20,7	12,6
PA RENASCER	BONFIM	18,4	0,00
PA TERRA NOVA	CANTÁ	0,0	12,00
PA ARCO ÍRIS	CARACARAÍ	20,0	23,00
PA TALISMÃ	MUCAJAI	0,0	9,60
PA NOVA FLORESTA	MUCAJAI	12,0	18,00
SUB-TOTAL		233,5	170,90
TOTAL GERAL		2.320,32	832,33

Abaixo Convênios firmados em 2015 e obras executadas

Convênio / Contrato	Município	Projeto de Assentamento	Objeto	Valor Global (R\$)	Situação da obra
801944/2014	Alto Alegre	Paredão	Recuperação de 35,60 Km de estradas vicinais	1.670.110,64	Concluída
801938/2014	Alto Alegre	Paredão	Recuperação de 19,00 km e construção de 18,00 km de estradas vicinais.	2.878.758,20	Concluída
801464/2014	Caroebe	Jatapú	Recuperação de 25,29 km e construção de 5,50km de estrada vicinais no PA Jatapú, Vicinais 09, 10, 11 e ligação 09 x vic. 11	1.591.451,82	Em execução
801211/2014	Amajari	Amajari	Recuperação de 9.80 km e Construção de 14 Km de estradas vicinais: Aditivado: Acréscimos de Pontes, bueiros e desvios em morros	2.130.332,86	Em execução
813914/2014	São João da Baliza	São Luizão	Recuperação 24,25 km de estradas vicinais	1.361.822,47	Em execução
801944/2014 ADITIVO 2015	Alto Alegre	Paredão	Aditivo: Acréscimo de Recuperação de 5,40 Km de estradas vicinais	385.991,68	Concluída
801938/2014 ADITIVO 2015	Alto Alegre	Paredão	Aditivo: Acréscimo de Recuperação de 7,36 Km de estradas vicinais e Construção de 7,72 km de estradas vicinais.	665.824,57	Concluída
801464/2014 ADITIVO 2015	Caroebe	Jatapú	Recuperação de 25,29 km e construção de 5,50km de estrada vicinais no PA Jatapú, Vicinais 09, 10, 11 e ligação 09 x vic. 11 - Aditivado: acréscimo de pontes e bueiros	397.789,99	Em execução

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

Estratégia de atuação para supervisão ocupacional da SR-25/RR

O planejamento foi efetivado com a inserção na programação operacional da SR-25 e consequentemente com a descentralização dos recursos orçamentário e financeiro pelo INCRA-SEDE. Com o termo de compromisso firmado pelo INCRA sede, Superintendências e MPF, no sentido de cumprir calendário de ações dentro desses respectivos Projetos de assentamento, tratamos como prioridade de atuação na superintendência. No entanto, com diversas denúncias de irregularidades nos PA's Nova Amazônia e Nova Amazônia I, ao qual chegou a esta Divisão por meio de ofício da CGU. Tivemos que alterar toda programação ordinária e dar cumprimento ao atendimento desta controladoria, posto que, pela dimensão dos 02 PA's foi necessário mobilizar para esta ação cerca de 80% da equipe técnica desta SR, por quanto o prazo estipulado era bastante curto.

Desta feita, cumprido com a solicitação da CGU, procedemos com o curso normal da instituição no atendimento ao programado para os outros PA's, sejam eles para liberação de CCU, solucionar problemas diversos e inclusive também para atender outros órgãos de controle (ocupações irregulares). Para o exercício em sua programação originária, estava previsto o atendimento de 1.131 vistorias, quais sejam em resumo foram efetivadas 1.060 parcelas vistoriadas descritas da seguinte forma:

- PA/ Nova Amazônia = 570
- PA/ Nova Amazônia I = 430
- PA/ Tepurema = 66
- PA/ Paredão = 004
- PA/ Anauá = 001

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. Crédito Instalação

AÇÃO 0427- CONCESSÃO DE CRÉDITO INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Esta ação diz respeito ao pagamento de créditos instalação nos projetos de assentamento é composto por um conjunto de modalidades: Apoio Inicial I e II, Fomento I e II, Fomento Mulher e Habitação.

Para o ano de 2015 tínhamos uma previsão de concedermos os seguintes quantitativos:

Apoio Inicial: Operações I e II	Fomento Operações I e II	Fomento Mulher	Habitação (PNHR) MCMV
500	500	80	700

A expectativa de operacionalizarmos 500 (quinhentos) créditos, na Modalidade Apoio Inicial, não se consolidou, pois o cenário e os trâmites que envolvem este processo de concessão não foram favoráveis no exercício de 2015, o que nos levou a fecharmos o ano sem conceder nenhum crédito desta modalidade, transferindo assim a demanda mais uma vez para o ano seguinte, 2016.

Os principais entraves para não alcançarmos o que havíamos planejado deve-se a um conjunto de fatores, dentre os quais se destacam:

1. Pouco conhecimento dos membros do Setor de Créditos em torno da matéria;
2. O significativo intervalo de tempo para cumprir todo o fluxo da aplicação do crédito;
3. Limitação de recursos financeiros para os trâmites que envolvem a concessão da modalidade.

Para sanar a questão do baixo conhecimento em torno dos procedimentos que envolvem a concessão do Novo Crédito Instalação, em suas modalidades Apoio Inicial, Fomento e Fomento Mulher, o INCRA/Sede promoveu na segunda semana de novembro de 2015, uma Oficina na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, sobre o tema créditos, e a partir de então, foi possível um maior entendimento de como fazer a operacionalização dessas modalidades, em especial o Apoio Inicial, Operação I, ponto de partida dos créditos para os assentados do PNRA.

No tocante à concessão das demais modalidades de crédito (Fomento I Operação I e II e Fomento Mulher) também não houve execução, haja vista que os mesmos estão condicionados à existência da prestação do serviço de ATER promovido pelo INCRA nos projetos de assentamento, conforme preconiza o normativo que regulamenta o assunto, Decreto Nº8.256/2014, esta ação não foi executada em 2015, pois não foi possível ser realizado o chamamento público para contratação, foram programadas e constavam no planejamento da Superintendência Regional como uma das metas de maior relevância, dado o passivo existente no Estado de Roraima em decorrência do baixo índice de concessão de créditos nos últimos anos. Apesar de todas as expectativas em torno da referida ação, não houve atendimento desse pleito em virtude de toda a complexidade que envolve uma chamada pública e da indisponibilidade financeira no orçamento do INCRA que passou por ajustes para se adequar ao cenário imposto pela realidade econômica do país.

Outra vertente das ações de crédito estava atrelada ao PAV (Programa Assentamento Verde) que infelizmente teve pouquíssima operacionalidade no âmbito das SR's da Amazônia Legal - o foco central deste programa. Em novembro de 2015, houve um novo direcionamento para o PAV com amplas discussões e replanejamento das diretrizes e com isso temos a expectativa de que em 2016 apresentará um quadro mais favorável de investimentos para esta Superintendência.

O Crédito Habitação que passou para a esfera do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR desde o segundo semestre do ano 2013, integrante do Programa Minha Casa Minha Vida, não teve a disponibilidade de recursos financeiros para contratação de novas demandas e o que havia sido planejado para o biênio 2014/2015 não se consolidou. Tivemos um único atendimento, no projeto de assentamento Seringueira, onde foram construídas 28 unidades habitacionais.

Atualmente o que existe de concreto nesta matéria é uma demanda apresentada desde 2014, quando foram encaminhadas várias Relações de Beneficiários aos bancos (Caixa Econômica e Banco do Brasil) com a solicitação de construção de casas em vários projetos de assentamento aguardando por uma nova fase do Programa. Para os próximos exercícios, espera-se que o Programa Minha Casa Minha Vida seja retomado com o mesmo nível de investimento capaz de atender parcela significativa da demanda reprimida e desta forma possamos suprir a ausência de pagamento de tais créditos no âmbito da SR 25.

No balanço dos trabalhos realizados por esta Superintendência, no exercício de 2015, no tocante a esta ação tão importante dentro da Autarquia, ficou evidente que a execução física e financeira planejada e não implementada representa um déficit relevante para os assentados que aguardam por estes créditos e os têm como grande alicerce para auxiliar o fomento de sua melhoria de vida enquanto Agricultores Familiares.

De um modo geral, a reversão do quadro apático em torno desta ação no âmbito desta Superintendência, ao longo do ano de 2015, ocorrerá gradualmente nos exercícios posteriores quando houver melhorias nas questões orçamentárias e financeiras do INCRA como um todo, pois acreditamos que o cenário seguramente mudará.

Em relação aos reflexos dos restos a pagar na execução das ações de crédito, no qual existe um trabalho em andamento para conclusão da aplicação do antigo Crédito Instalação, modalidade Aquisição Material de Construção - AMC, em alguns projetos de assentamento também apresentou resultados desfavoráveis, pois houve o desbloqueio apenas de uma parte dos recursos financeiros destinados para essa finalidade e outro grupo fechou o exercício ainda bloqueado.

Mesmo aqueles projetos que tiveram recursos desbloqueados não foi possível finalizar os trabalhos, pois alguns deles possuem obras que se arrastam por vários anos e as perdas foram inevitáveis. A Superintendência estuda a adoção de novas medidas para readequar a situação destes casos e assim concluir o maior número possível de habitações, atendendo de fato quem permanece residindo e explorando a parcela, pois temos vários casos de evasão nos assentamentos.

Por fim, o panorama do atual quadro relacionado a esta ação requer um cenário mais favorável, pois os resultados dos últimos anos apresentaram-se deficitários apesar dos esforços e encaminhamentos. O trabalho para os anos que se seguem seguirá no sentido de atendermos o passivo criado por alguns exercícios de absoluta ausência da concessão de créditos instalação, levando-se em conta a capacidade operacional da Superintendência.

Como resultados estratégicos buscaremos:

a) Curto Prazo - 2016

Quadro 17

Apoio Inicial: Operações I e II	Habitação (PNHR)
	MCMV
400	680

Em virtude do cenário de adequações orçamentárias e financeiras, o planejamento do INCRA obrigatoriamente passará por ajustes e a Superintendência focará sua execução orçamentária em torno das ações que possuem uma maior probabilidade de se concretizarem, pois o serviço de ATER no nosso Estado ficará adiado para exercícios posteriores, quando houver melhorias no cenário nacional como um todo.

b) Médio Prazo - 2017**Quadro 18**

Apoio Inicial: Operações I e II	Fomento Operações I e II	Fomento Mulher	Habitação (PNHR) MCMV
400	500	80	700

Consolidar os esforços para fazer com que as ações sejam concretizadas e deste modo possamos atender as demandas dos projetos de assentamento de Roraima e acelerar o processo de emancipação dos mesmos. Nesse panorama de realizações, contribuiremos positivamente para a melhoria de vida dos assentados e o fortalecimento da economia local.

c) Longo Prazo- 2018

Aprimorar os processos de concessão de crédito com base nos novos normativos e ampliar gradativamente os atendimentos aliados a outros instrumentos que ajudem a consolidar os assentamentos, criando uma cultura de desenvolvimento e autonomia para estas áreas. Temos a intenção de expandir esta ação de modo a atingir o universo total dos assentados que estejam em situação de regularidade perante a Autarquia.

SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE CRÉDITOS ÀS FAMÍLIAS DA REFORMA AGRÁRIA

Como reflexo da não concessão de crédito instalação no exercício 2015, a ação de supervisão e fiscalização de crédito instalação restringiu-se a alguns trabalhos pontuais relacionados aos oito projetos de assentamento com serviços ainda em execução e também a um trabalho isolado no projeto de assentamento Alto Arraia, município de Bonfim, visando o posterior pagamento do novo crédito Apoio Inicial I, sendo que este último fora executado já no final de novembro, com o ano praticamente se encerrando.

Por sua vez, outros créditos deste grupo inicial (Fomento: Operações I e II/ Fomento Mulher) não tiveram aplicabilidade em virtude de terem como pré-requisito a existência do serviço de ATER, ainda não existente no âmbito desta Superintendência. Trabalharemos para que no exercício de 2016 haja a concretização de pagamentos de créditos pelo menos em relação ao Apoio Inicial I.

Ressaltamos que a ação correspondente ao antigo crédito Aquisição de Material de Construção, que tem recursos na condição de Despesas de Exercícios Anteriores, findou o ano sem conclusão da maior parte das pendências existentes nestes assentamentos, pois suas demandas datam de 2011 e 2012 e apresentam quadro de trabalho extremamente delicado em decorrência do expressivo tempo pelo qual se arrasta estas obras.

No balanço dos trabalhos realizados no exercício de 2015, por esta Superintendência, no tocante a ação de Concessão de Crédito Instalação, ficou evidente que a execução física e financeira planejada e executada foi abaixo do esperado, representando uma defasagem relevante tanto para a Instituição quanto para os

assentados, principalmente, pois estes depositam nos créditos suas expectativas para fomentar sua atividade produtiva e assim obter melhoria de vida enquanto Agricultores Familiares. Para revertermos o quadro negativo pertinente ao exercício acima destacado, buscaremos ampliar os atendimentos e com isso minimizarmos o passivo ora existente.

Como já mencionado anteriormente, parte da ação de concessão de crédito instalação referia-se a conclusão da aplicação do antigo crédito Aquisição Material de Construção - AMC que está em execução em oito projetos de assentamento. No entanto, os resultados alcançados foram inexpressivos, já que as decisões para aplicação dos recursos financeiros em alguns projetos não se concretizaram. A direção Superior do INCRA já determinou que essas demandas devem ser encerradas até o final o exercício 2016.

Como estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria dos resultados não alcançados, buscaremos aprimorar nossos mecanismos de trabalho, apresentar a nossa demanda dentro de um cronograma consistente de forma a estreitar o canal de diálogo da SR/25 com o INCRA/SEDE, no sentido de termos atendidos nossos pleitos em tempo hábil e seguindo uma agenda que tenha como foco a recuperação do passivo existente na Superintendência e assim possamos minimizar o não atendimento com tal ação nos anos anteriores.

Para a fixação de nossas metas, o procedimento ocorre a partir de uma análise em que levamos em consideração a capacidade operacional da Superintendência diante do corpo técnico de servidores que dispomos e na demanda existente nos projetos de assentamento, onde temos um quantitativo satisfatório de assentados com todos os requisitos já preenchidos para serem atendidos com esta ação.

2. Agroindustrialização

Esta atividade não fora implementada nesta regional.

3. Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização

Esta atividade não fora implementada nesta regional por conta da não ocorrência de chamada pública de ATER, inviabilizada pela restrição orçamentária.

4. Educação no campo

Os cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, que tiveram início em 2012, referente à Educação de Jovens e Adultos, terminaram em 2015. Foram 3 cursos, sendo eles:

I - Curso de Alfabetização (Projeto Pedaladas do Saber II)

Esse curso teve sua vigência de 20/01/2012 à 20/04/2015. O Valor total deste convênio foi de R\$ 2.272.727,27 (sendo que deste valor o repasse do INCRA foi R\$ 2.250.000,00 e o valor da contrapartida da AJURI foi de R\$ 22.727,27). Ao final do curso terminaram 524 alunos Alfabetizados.

II- Curso de Educação de Jovens e Adultos, Anos iniciais, de 1ª a 4ª séries (Projeto Instruir)

O referido curso teve sua vigência de 20/01/2012 à 20/04/2015. O Valor total deste convênio também foi de R\$ 2.272.727,27 (sendo que deste valor o repasse do INCRA foi R\$ 2.250.000,00 e o valor da contrapartida da AJURI foi de R\$ 22.727,27). Ao final do curso concluíram 350 alunos.

III - Curso de Nível Médio (Projeto EMEJA)

O curso teve sua vigência de 20/01/2012 à 17/09/2015. O Valor total deste convênio também foi de R\$ 6.545.454,56 (sendo que deste valor o repasse do INCRA foi R\$ 6.480.000,00 e o valor da contrapartida da AJURI foi de R\$ 65.454,56). Ao final do curso se formaram 335 alunos.

Acrescentamos que o número difere do total anteriormente citado porque em cada convênio estávamos trabalhando com o total de alunos, não sendo levada em consideração, anteriormente, a evasão escolar dentro dos Projetos de Assentamento, que no estado é grande.

Já em 2016, o único curso ainda em vigência é o de Tecnólogo em Agroecologia que também teve seu início em 20/01/2012. Ocorre que o mesmo foi prorrogado até 16/05/2016. Este curso de Nível Superior em Agroecologia iniciou com 60 alunos e hoje conta com apenas 52 alunos. O Valor total deste convênio também foi de R\$ 1.267.293,60 (sendo que deste valor o repasse do INCRA foi R\$ 1.254.613,60 e o valor da contrapartida da AJURI foi de R\$ 12.680,00).

Em fase de análise para começar em 2016 temos os seguintes cursos:

I) Alfabetização (Curso Pedaladas do Saber III)

Este curso já passou por Chamamento Público, sendo aprovado. Estamos aguardando as correções e encaminhamento do projeto a este setor para formalização do processo e consequente andamento do mesmo. O curso beneficiará 600 educandos no valor de R\$ 3.600.000,00.

II) Anos iniciais - 1º ao 5º anos (Projeto Conhecer)

Este curso já passou por Chamamento Público, sendo aprovado. Estamos aguardando as correções e encaminhamento do projeto a este setor para formalização do Processo e consequente andamento do mesmo. O curso beneficiará 600 educandos no valor de R\$ 3.600.000,00.

III) Educação de Jovens e Adultos - 6ª a 9ª séries (anos iniciais) ã PROJETO INSTRUIR II

O referido curso foi aprovado pela Comissão Pedagógica Nacional e também aguardaremos as alterações no projeto e a remessa do mesmo a este setor para formalização do processo e consequente andamento do mesmo. O curso beneficiará 600 educandos no valor de R\$ 3.960.000,00.

IV) Educação de Jovens e Adultos - 6ª a 9ª séries (anos iniciais) ã PROJETO EFEJA*

O referido Curso foi aprovado pela Comissão Pedagógica Nacional e também aguardaremos as alterações no projeto e a remessa do mesmo a este Setor para formalização do processo e Consequente andamento do mesmo. O curso beneficiará 600 educandos no valor de R\$ 3.960.000,00.

Acrescentamos que todos estes cursos são firmados com a Universidade Federal de Roraima.

Em parceria com a Universidade estadual de Roraima temos os seguintes cursos aprovados:

- | | |
|-----------------------------------|------------------------|
| 1) Pedagogia (135 vagas) | Valor R\$ 3.712.000,00 |
| 2) Agronomia (90 vagas) | Valor R\$ 2.700.000,00 |
| 3) Engenharia de Pesca (90 vagas) | Valor R\$ 2.700.000,00 |

v.Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

A Divisão de Desenvolvimento da Superintendência Regional do INCRA, em Roraima, dispõe do Sistema de Informações do Programa de Reforma Agrária – SIPRA, para efetuar a emissão de Títulos Definitivos e/ou de Contrato de Concessão de Uso – CCU, em módulo específico para esta finalidade. Igualmente, o SIPRA disponibiliza um módulo para alimentação das informações referentes ao pagamento do Crédito Instalação. Os módulos Titulação e Crédito do SIPRA são operados por meio de senhas/permissões fornecidas especificamente para os servidores lotados nestes setores para alimentação das informações.

O controle do SIPRA é realizado diretamente pelo INCRA-SEDE. Contudo, o gestor local atua de forma efetiva para garantir a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.), eis que a inserção de quaisquer dados/alterações necessita de autorização do Superintendente, que é dada por escrito nos processos administrativos autuados para tais finalidades. Quando necessário, os procedimentos são submetidos à apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA. A segregação de funções existe na forma estabelecida no Regimento Interno do INCRA, de tal forma que o servidor detentor de senha despacha para o chefe da Divisão, que por sua vez solicita autorização/anuência do Superintendente.

Embora não haja sistemas informatizados, a Divisão de Desenvolvimento atua ainda na política de infraestrutura dos assentamentos, tais como construção e recuperação de estradas vicinais; demarcação e georreferenciamento do perímetro dos projetos de assentamento e das parcelas; assistência técnica e extensão rural, além de programas de educação e de cidadania.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA disponibiliza a educação formal para os assentados e/ou seus filhos, desde a alfabetização, passando pelo nível fundamental e médio, chegando ao ensino superior e à pós-graduação.

Há ainda o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR que atende as comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas, por meio da emissão de documentos, com o objetivo de lhes conferir cidadania.

As prioridades no atendimento são definidas de acordo com o estabelecido na Programação Operacional do INCRA, com vistas ao cumprimento das metas ao final de cada exercício. A Programação Operacional é realizada no início de cada ano com abrangência nacional e regional sob coordenação do INCRA-SEDE.

Ainda assim, realizamos nosso controle interno em grande parte de forma física, devido à carência de sistemas de informação mais eficientes. Na realidade, a Superintendência Regional de Roraima padece de um sistema de controle interno, o que dificulta as atividades de controle do gestor e prejudica os registros informatizados de informações das atividades da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A Divisão de Desenvolvimento da Superintendência Regional do INCRA, em Roraima, dispõe do Sistema de Informações do Programa de Reforma Agrária – SIPRA, para efetuar a emissão de Títulos Definitivos e/ou de Contrato de Concessão de Uso – CCU, em módulo específico para esta finalidade. Igualmente, o SIPRA disponibiliza um módulo para alimentação das informações referentes ao pagamento do Crédito Instalação.

Os módulos Titulação e Crédito do SIPRA são operados por meio de senhas/permissões fornecidas especificamente para os servidores lotados nestes setores para alimentação das informações.

O controle do SIPRA é realizado diretamente pelo INCRA-SEDE. Contudo, o gestor local atua de forma efetiva para garantir a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.), eis

que a inserção de quaisquer dados/alterações necessita de autorização do Superintendente, que é dada por escrito nos processos administrativos autuados para tais finalidades. Quando necessário, os procedimentos são submetidos à apreciação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA.

A segregação de funções existe na forma estabelecida no Regimento Interno do INCRA, de tal forma que o servidor detentor de senha despacha para o chefe da Divisão, que por sua vez solicita autorização/anuência do Superintendente.

Embora não haja sistemas informatizados, a Divisão de Desenvolvimento atua ainda na política de infraestrutura dos assentamentos, tais como construção e recuperação de estradas vicinais; demarcação e georreferenciamento do perímetro dos projetos de assentamento e das parcelas; assistência técnica e extensão rural, além de programas de educação e de cidadania.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA disponibiliza a educação formal para os assentados e/ou seus filhos, desde a alfabetização, passando pelo nível fundamental e médio, chegando ao ensino superior e à pós-graduação.

Há ainda o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR que atende as comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas, por meio da emissão de documentos, com o objetivo de lhes conferir cidadania.

As prioridades no atendimento são definidas de acordo com o estabelecido na Programação Operacional do INCRA, com vistas ao cumprimento das metas ao final de cada exercício. A Programação Operacional é realizada no início de cada ano com abrangência nacional e regional sob coordenação do INCRA-SEDE.

Ainda assim, realizamos nosso controle interno em grande parte de forma física, devido à carência de sistemas de informação mais eficientes.

Na realidade, a Superintendência Regional de Roraima padece de um sistema de controle interno, o que dificulta as atividades de controle do gestor e prejudica os registros informatizados de informações das atividades da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício.

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Índice de acesso à água para consumo doméstico

A SR/25 ao longo do exercício de 2015 não desenvolveu nenhum projeto contemplando este índice. A escassez de recursos financeiros foi o grande obstáculo para o desenvolvimento desta ação. Contudo, para 2016, a intenção é iniciarmos tal ação em algum projeto de assentamento, contudo o cenário econômico não é favorável.

Índice de provimento de PDA/PRA

No âmbito desta SR, nos anos de 2013, 2014 e 2015, não foram elaborados nenhum PDA e nenhum PRA.

Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Em virtude do cenário vivenciado pela superintendência nos últimos anos não fizemos projeções para construção de moradias em 2015. Nesse sentido, entendemos que não há como construirmos um índice de acesso à moradia em relação aos projetos de assentamento do Estado de Roraima.

As construções de moradias no âmbito desta SR são oriundas do antigo Crédito Instalação, modalidade Aquisição de Material de Construção, e datam dos anos de 2011, 2012 e 2013. Ressaltamos que uma parte delas enfrentou problemas que desencadearam em inúmeros atrasos. A grande maioria destes assentamentos passou pelo complexo processo de recolhimento e restabelecimento de recursos financeiros, o que agravou seriamente os resultados finais.

Outro fato pertinente é que a construção de moradias nos assentamentos passou para a esfera do Programa Minha Casa Minha Vida, desde o segundo semestre de 2013, e de lá para cá o aporte de recursos financeiros feito pelo INCRA foi baixíssimo, tomando por base o Estado de Roraima e com isso estagnou a entrega de novas moradias aos beneficiários da Reforma Agrária.

Por fim, o quadro abaixo destaca o que consideramos como moradias concluídas em 2015, tomando por base o desembolso financeiro realizado pela Superintendência nos projetos que houve pagamentos relacionados ao antigo crédito AMC. Assim sendo, não há como traçarmos um índice dessa categoria. Aqui queremos registrar que houve um equívoco não lançamos essa informação no nosso sistema de Monitoramento (SIR).

Quadro 19

Projetos de Assentamento	Quantidade de casas proporcionalmente ao financeiro aplicado
JATOBÁ	05
SERRA TALHADA	20
SERRA DOURADA	03

Quadro 20

TOTAL GERAL	28
--------------------	-----------

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Conforme definido na Lei 4.829 de 1965, a competência formal de monitoramento, avaliação e fiscalização dos contratos de crédito rural é do Banco Central - BC, porém o sistema utilizado pelo Banco no monitoramento não possibilita a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária.

O MDA informa ainda que, os dados informados para a meta 2012 e 2013 tiveram como fonte as informações encaminhadas pelos agentes financeiros à Secretaria da Agricultura Familiar - SAF/MDA. Com vistas a qualificar o monitoramento, foi solicitado ao BC, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, que o Sistema de Operação do PRONAF passasse a permitir esta desagregação.

É importante lembrar que, o Crédito Instalação, na modalidade Fomento, atende a este fim e possui meta no Caderno de Metas 2014 e 2015. Porém não foi executado nesta superintendência.

Índice de provimento de assistência técnica

Na SR não fora desenvolvida a ação de Assistência Técnica e Extensão Rural ã ATER. Mesmo com todo o esforço do Superintendente, do Gestor de ATER e do Chefe de Divisão de Desenvolvimento não houve êxito na captação de recursos financeiros para promover uma chamada pública de ATER. O INCRA/Sede informou que não teria condições de atender a demanda, situação que se estenderá para o exercício de 2016.

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

A informação foi feita através de amostragens pelo Sipra ã Sistema de Informação Programa de Reforma Agrária, onde os beneficiários do programa informam por ocasião que procuram o Incra para solicitar atualização em seus dados que tem como Renda Familiar Bruta e os mesmos usam como referencia o valor do salário mínimo vigente.

Gráfico 7

Índice de acesso à água para consumo doméstico

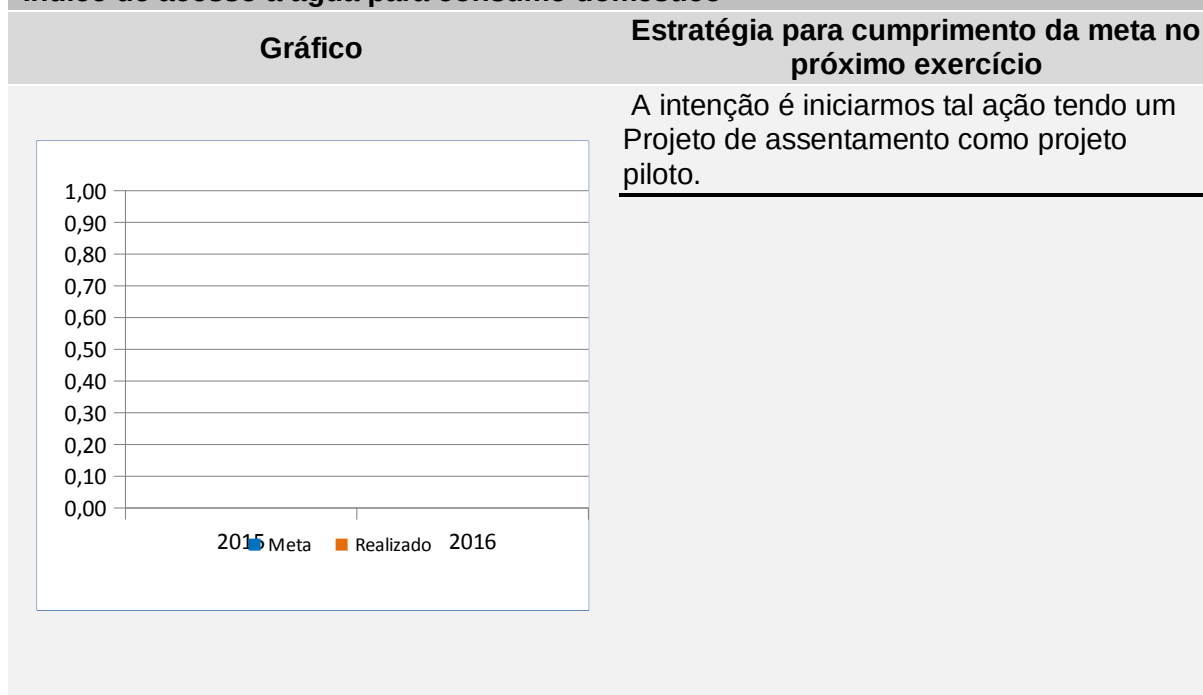


Gráfico 8

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

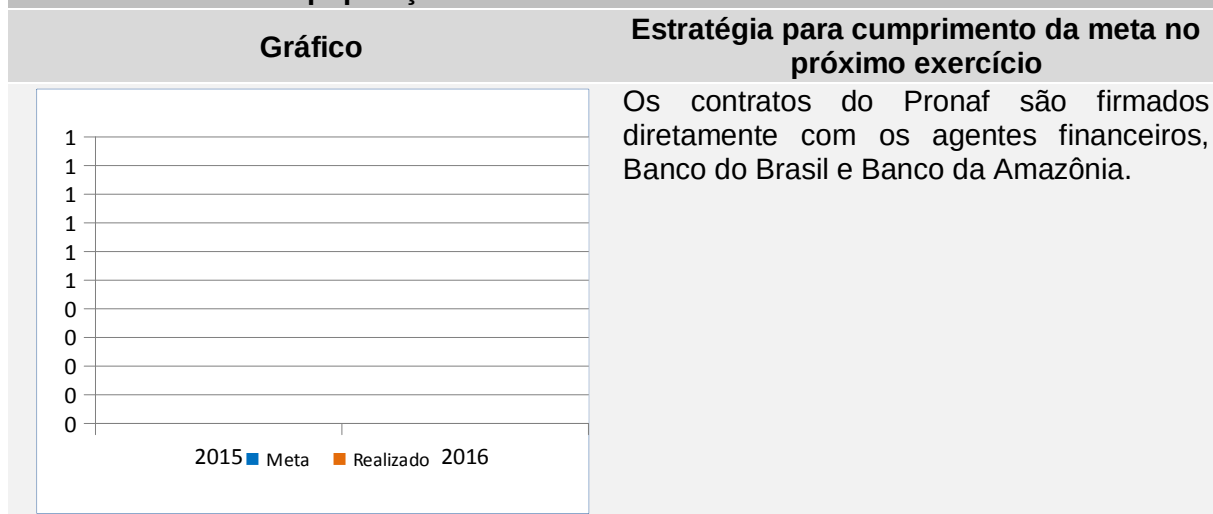


Gráfico 9

Índice de provimento de PDA/PRA

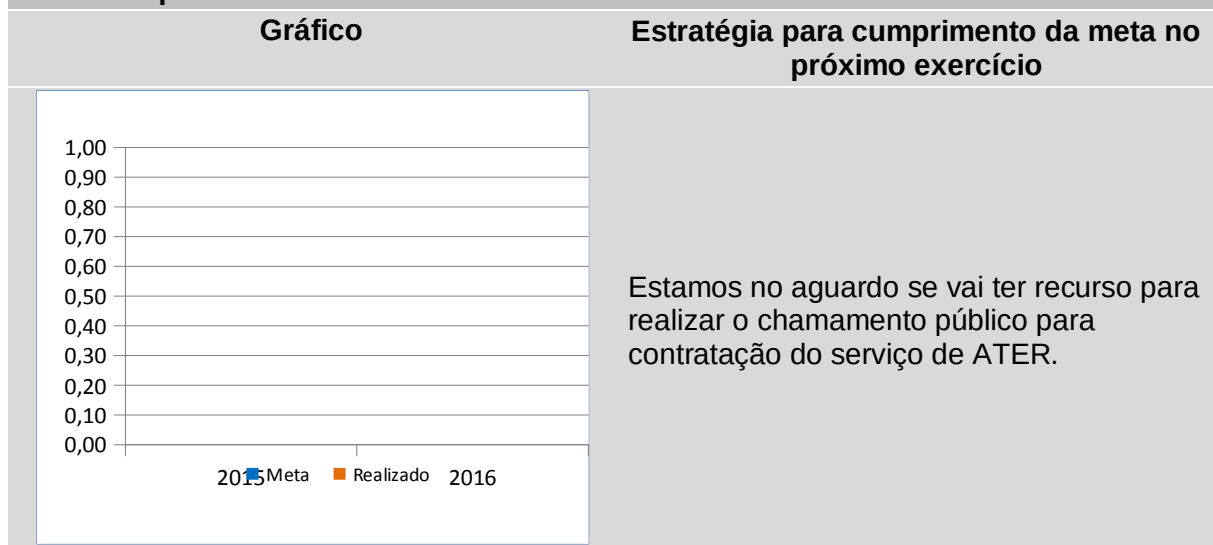


Gráfico 10

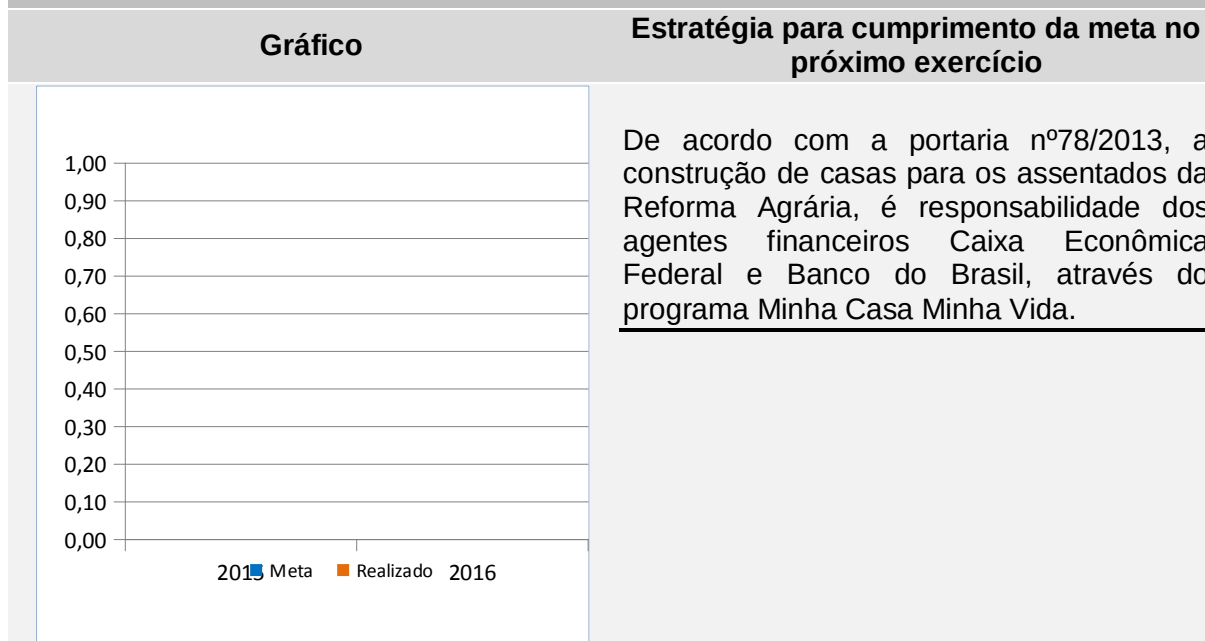
Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Gráfico 11

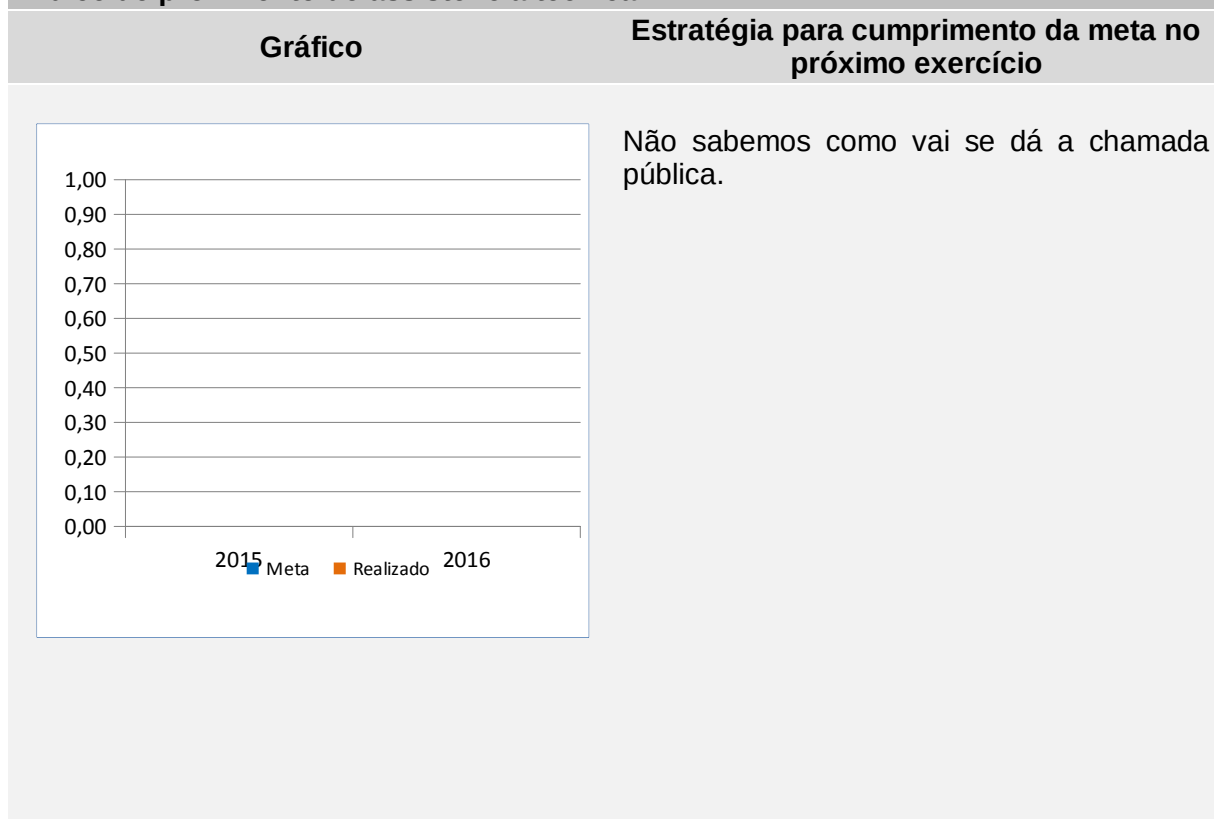
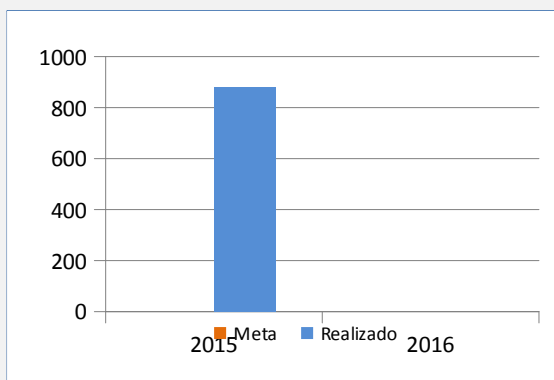
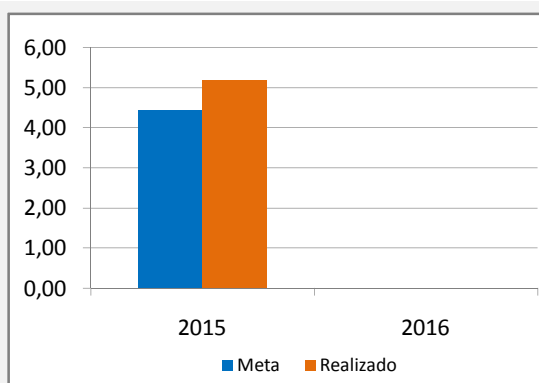
Índice de provimento de assistência técnica

Gráfico 12

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)**Gráfico****Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício**

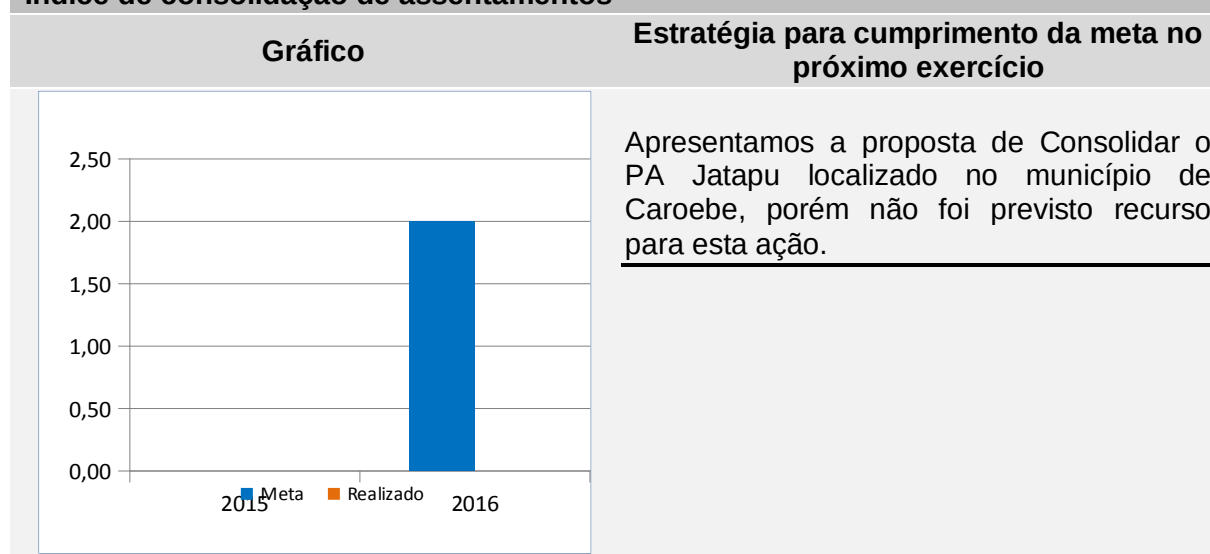
Essa informação obtemos quando o beneficiário (a) necessita de um documento seu atualizado ou por ocasião em que solicita a emissão de sua DAP i Declaração de Aptidão procura o órgão e informa qual a média de sua renda familiar anual.

Gráfico 13

Índice de parcelas supervisionadas**Gráfico****Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício**

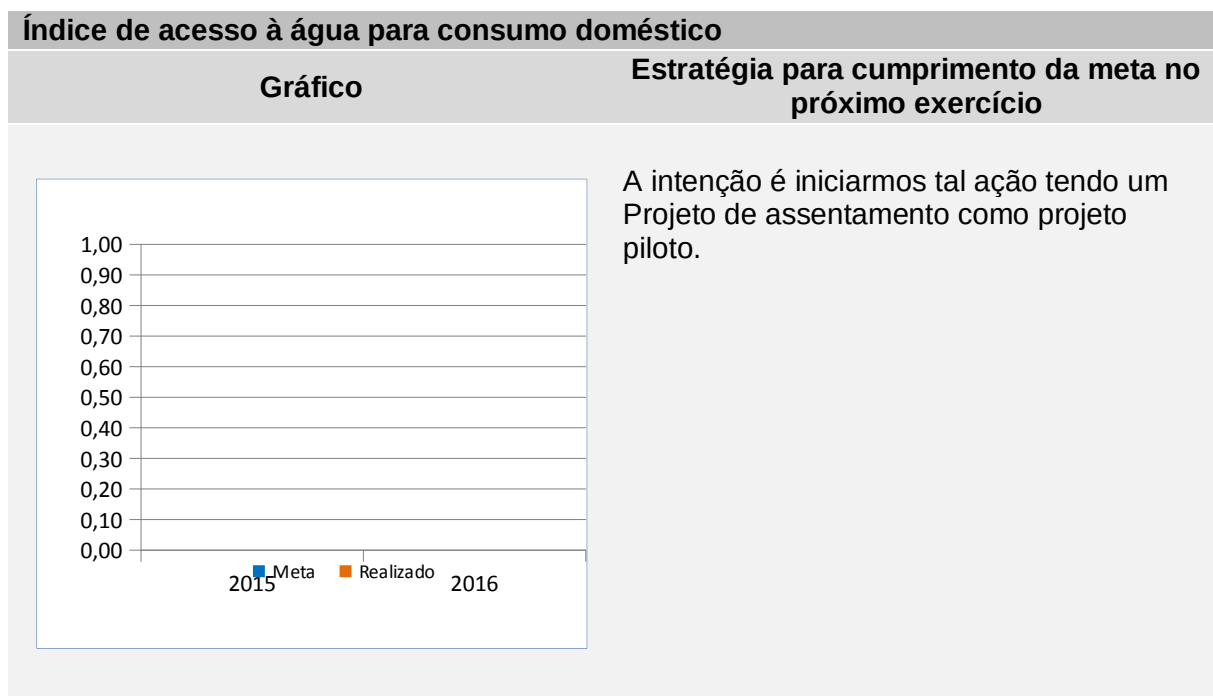
Não temos como prevê, pois não consta na nossa proposta orçamentária recurso para execução dessa ação.

Gráfico 14

Índice de consolidação de assentamentos**vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência****Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.**

Não houve previsão para a atividade de engenharia que visa o fornecimento de água aos assentados, como: poços, redes de água, cisternas, etc. Mesmo sabendo da importância desta ação para o nosso público beneficiado, infelizmente ainda não foi possível desenvolvê-la, um dos grandes motivos sempre se deu em relação aos constantes cortes em nosso orçamento.

Gráfico 15



viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

Questões de restrição orçamentária esta ação não fora desenvolvida como se esperava pela SR. Apenas fora realizada uma vistoria em 2 PA's, no município de Rorainópolis, para verificar as condições dos lotes (infraestrutura, ocupação irregular, abandono, concentração) como forma de realizar um diagnóstico para implantarmos a ATER. Contudo, o INCRA/Sede informara que a SR 25, bem como todas as outras que não tivesse chamada pública em andamento não seria contemplada com recursos para promover a ATER. Motivo pelo qual esta ação não está sendo desenvolvida no âmbito desta regional.

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

No âmbito desta regional não possui assentamento com licenciamento ambiental ordinário em vigor.

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

5- Governança

Atuação da Unidade de Auditoria Interna

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto no 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de abril de 2009, estabelece em seu artigo 56 a Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto a realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto a exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do Incra;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do Incra e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - Analisar as contas e o balanço do Incra a serem submetidos ao Conselho Diretor.

Gestão de riscos e controles internos

Descrição Geral

- Grande dimensão territorial e insuficiência das infra-estruturas básicas necessárias, como estradas, energia e água, além de assistência técnica e educação, que dificultam o desenvolvimento rural da região;
- Existência de projetos de assentamentos em áreas longínquas e bastante dispersos no território;
- Grande demanda social originária dos assentamentos criados, sobretudo no que se refere à implantação de infra-estrutura e à prestação de assistência técnica;
- Quadro insuficiente de servidores do INCRA, principalmente, frente a redução do número de servidores causada por aposentadoria;
- Metas audaciosas de assentamento de famílias;
- Presença da nova fronteira agrícola brasileira, com crescente desenvolvimento de projetos agrícolas e valorização das terras;

- Demanda de regularização fundiária de áreas estaduais e federais, esta última sob a responsabilidade do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Adversidades

- Número de servidores inferior à necessidade da administração;
- Desmotivação ou pouca integração e baixa qualificação dos poucos servidores;
- Plano de cargos e carreiras inadequado, com salários defasados, que resulta em insatisfação generalizada;
- Falta de EPIs para os Peritos Federais Agrários;
- Incidência de ocupação de lotes em áreas tanto de estudo para a criação de novos projetos, como em assentamentos já criados;
- Morosidade na regularização ambiental dos assentamentos;

Riscos

- Dificuldade de disponibilizar servidor habilitado para os serviços de campo, dada a falta de EPIs;
- Inviabilização da prestação de serviços, por insuficiência e também pela demora na liberação dos recursos para execução dos trabalhos;

Estratégia de Enfrentamento

- Solicitação de treinamento ao serviço de Desenvolvimento humano para realização da capacitação dos servidores;
- Realização de reuniões com comunidades, lideranças, autoridades, movimentos sociais nas Srs e em comunidades de forma de antecipar situações de tensão/conflito e agir com maior eficácia na resolução, evitando seu agravamento;
- Organização de força tarefa com vistas ao alcance das metas planejadas;
- Contratação de mão de obra terceirizada como forma de amenizar o problema de insuficiência de servidores efetivos;
- Gestão junto aos municípios para implantar a sala da cidadania com a capacitação de agentes municipais;
- Ampliação das parcerias, especialmente com MPF, PF, Força Nacional, IBAMA, ICMBIO, SFB, Vara Agrária e afins, visando dar maior celeridade na condução das questões fundiárias da região.

Mudanças ocorridas

- Alinhamento político-institucional através do estabelecimento de parcerias (União, Estado e Municípios) com melhoria nas relações entre o INCRA e outros órgãos;
- Gestão junto ao Ministério do planejamento por parte do INCRA/SEDE para autorização de concurso público;
- Implantação da Sala da Cidadania Digital facilitou o acesso do público aos servidores do INCRA com emissão online de documentos;
- Chamamentos públicos de infra-estrutura, Terra Sol e Pronera incentivaram a apresentação de propostas e participação de outros atores (municípios, instituições de ensino, cooperativas e associações de agricultores familiares) no planejamento e desenvolvimento de ações destinadas aos projetos de assentamentos;

- Realização de audiências públicas para tratar de conflitos agrários auxiliou no combate aos casos de disputa pela posse da terra.

Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

No exercício de 2015, como em exercícios anteriores, foi criado o Plano de Metas e Créditos Orçamentários alinhado com o planejamento estratégico do Incra. O referido Plano tem como objetivo principal estabelecer os critérios para a distribuição e provisão de créditos orçamentários e metas físicas para a execução dos Programas e Ações a cargo da Autarquia. O Plano de Metas de 2015 foi revisado por duas vezes, sendo a última delas realizada em novembro, conforme determinado pela Portaria/INCRA/P/Nº. 651/2015.

Para assegurar a execução das ações a superintendência utiliza como ferramenta para garantir que as metas sejam alcançadas o monitoramento mensal através do Sistema de Informações Rurais - SIR as informações são prestadas pelas Divisões que compõe a estrutura do Incra.

Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

O fiel cumprimento das informações utilizamos os sistemas informatizados existentes na Superintendência, cujos dados ali inseridos são baseados nos processos administrativos físicos. Em cada item específico de controle, por macroprocesso os chefes das divisões apresentaram a situação dos controles nas áreas. Ainda temos grandes fragilidades nos sistemas de registros, os sistemas utilizados ainda não atendem a necessidade da Superintendência, de controlar prazos, quantidades de atendimentos, etc.

Problemas a parte, a Regional vem trabalhando para melhorar vários processos, tais como acompanhamento dos convênios, cronogramas de fiscalização de contratos, etc.

Com o acompanhamento mensal das execuções das ações e metas assegura a fidedignidade das informações das metas, pois possibilita a correção imediata de erros que por ventura aconteçam.

Como já descritos em itens específicos, a Superintendência procura as normas pré-estabelecidas para tal, como exemplo: indicar gestor para cada sistema, sendo que este é responsável pelo controle de acesso liberados para servidores diretamente ligados aquela atividade trabalhar em consonância com os vários sistemas implantados no órgão e que estes são de responsabilidade da Sede, ficando na responsabilidade da Regional, a inserção dos dados de acordo com as normas pré-estabelecidas para tal.

Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência

O controle interno da Superintendência Regional é coordenado pelo Gabinete, no entanto o Chefe da Administração e o Setor de Contabilidade, geralmente, são as pessoas responsáveis para atender eventuais diligências de órgãos de controle externo, bem como garantir a execução das atividades gerenciadas por meio de transferências voluntárias convênios. E cada Divisão é responsável por responder as demandas Internas e externas a que lhes dizem respeito.

A metodologia de trabalho utilizada para o alcance do resultado é à reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR da Superintendência Regional, composto pela Chefias das Divisões, o Superintendente Regional e Procuradoria Federal/PFE.

Entendemos que precisamos melhorar ainda mais nossos processos de controle e administração sob nossa responsabilidade, precisamos quebrar os paradigmas que ainda insistem em permear as ações públicas, objetivando a implementação das boas práticas de governança, o amadurecimento de nossos processos de transparência e divulgação dos resultados e ações para a comunidade. Há necessidade de promover política de capacitação dos servidores da SR envolvidos nos procedimentos de Controle Interno para que a avaliação dos seus aspectos obtenha melhores índices.

O monitoramento é realizado com o acompanhamento contínuo das Ações, através do Sistema Interno do INCRA (SIR) no site <http://incranet.gov.br/>, Monitoramento e Avaliação.

6- Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

O atendimento ao público externo inicia através da Sala da Cidadania, ambiente presencial e virtual disponível no sítio www.incra.gov.br. A Sala da Cidadania, em ambos os canais, disponibiliza serviços de auto-atendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física da SR, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente por meio da internet, utilizando as chaves de acesso na sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.)

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de espelho do Beneficiário, Solicitação de Emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B ã DAP ã B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de Crédito do tipo PRONAF A e A/C, contraídas junto ao Banco da Amazônia e Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão de Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala de Cidadania Digital oferece **links** para outros serviços como Emissão do Certificado de cadastro de Imóvel Rural ã CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao sítio da Receita Federal para consulta ao Imposto Territorial Rural ã ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego ã PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Considerando que a superintendência não dispõe no momento de central telefônica, não foi providenciado nenhum atendimento por esta via.

A produção de documentos para o público é realizada, via de regra, por dois sistemas em uso pela Superintendência Regional: Sistema de Protocolo ã SISPROT e Sistema de Documentos - SISDOC, que lidam, respectivamente, com o trâmite de processos e informações sobre alguns atendimentos realizados. A deficiência em tais sistemas decorre da impossibilidade de emissão de relatórios, inviabilizando dados estatísticos quanto à emissão de documentos e processos por assunto. Especificamente, no tocante à inclusão cadastral de imóveis no Sistema Nacional de Cadastro Rural ã SNCR, o serviço de cadastro rural propicia a expedição do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, finalmente, no tocante às informações pertinentes ao assentado da Reforma Agrária, utiliza-se o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária ã SIPRA.

Por último, mas sem menor importância, citamos o canal de acesso via Ouvidoria Agrária, no âmbito da SR-25/RR, que se limita ao recebimento de reclamações dos beneficiários, posseiro ou pessoas comuns, alusivos a questões de relacionamentos interpessoais entre os beneficiários e das obrigações a que todos os envolvidos no ambiente Reforma Agrária estão submetidos. Neste meio os atendimentos são realizados de forma pessoal, através da coleta de informações sobre os casos expostos, propiciando os encaminhamentos necessários aos casos em que se pode tomar providências institucionais e orientações verbais nos casos que independem de procedimentos no INCRA.

O monitoramento é realizado com o acompanhamento contínuo das Ações, através do Sistema Interno do INCRA (SIR) no site <http://incranet.gov.br/>, Monitoramento e Avaliação.

6- Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

O atendimento ao público externo inicia através da Sala da Cidadania, ambiente presencial e virtual disponível no sítio www.incra.gov.br. A Sala da Cidadania, em ambos os canais, disponibiliza serviços de auto-atendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física da SR, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente por meio da internet, utilizando as chaves de acesso na sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.)

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de espelho do Beneficiário, Solicitação de Emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B ã DAP ã B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de Crédito do tipo PRONAF A e A/C, contraídas junto ao Banco da Amazônia e Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão de Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala de Cidadania Digital oferece **links** para outros serviços como Emissão do Certificado de cadastro de Imóvel Rural ã CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao sítio da Receita Federal para consulta ao Imposto Territorial Rural ã ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego ã PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Considerando que a superintendência não dispõe no momento de central telefônica, não foi providenciado nenhum atendimento por esta via.

A produção de documentos para o público é realizada, via de regra, por dois sistemas em uso pela Superintendência Regional: Sistema de Protocolo ã SISPROT e Sistema de Documentos - SISDOC, que lidam, respectivamente, com o trâmite de processos e informações sobre alguns atendimentos realizados. A deficiência em tais sistemas decorre da impossibilidade de emissão de relatórios, inviabilizando dados estatísticos quanto à emissão de documentos e processos por assunto. Especificamente, no tocante à inclusão cadastral de imóveis no Sistema Nacional de Cadastro Rural ã SNCR, o serviço de cadastro rural propicia a expedição do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, finalmente, no tocante às informações pertinentes ao assentado da Reforma Agrária, utiliza-se o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária ã SIPRA.

Por último, mas sem menor importância, citamos o canal de acesso via Ouvidoria Agrária, no âmbito da SR-25/RR, que se limita ao recebimento de reclamações dos beneficiários, posseiro ou pessoas comuns, alusivos a questões de relacionamentos interpessoais entre os beneficiários e das obrigações a que todos os envolvidos no ambiente Reforma Agrária estão submetidos. Neste meio os atendimentos são realizados de forma pessoal, através da coleta de informações sobre os casos expostos, propiciando os encaminhamentos necessários aos casos em que se pode tomar providências institucionais e orientações verbais nos casos que independem de procedimentos no INCRA.

Quadro 5

Demandas registradas pela Ouvidoria em 2015 <i>Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência</i>			
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúnciaé	15	15	Sim / alguns em parte foi encaminhada aos setores competentes
Reclamaçãoé	23	23	Sim. Encaminha no órgão ou orienta algumas a buscar a DPU
Sugestãoé	18	18	Sim. Logística e visitas/ reuniões
Perguntaé	53	53	Sim. Sobre atuação da ouvidoria, inf.sobre crédito, emissão do CAR
é			

Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção.

Grande dimensão territorial e insuficiência das infraestruturas básicas necessárias, como estradas, energia e água, além de assistência técnica e educação, que dificultam o desenvolvimento rural da região, gerando uma grande demanda social, passivo este que só solucionável com planejamento de curto, médio e longo prazo com investimento de recursos de infraestrutura de estradas, como realização de chamamentos públicos de infra-estrutura, Terra Sol e Pronera incentivando a apresentação de propostas e participação de outros atores (municípios, instituições de ensino, cooperativas e associações de agricultores familiares) no planejamento e desenvolvimento de ações destinadas aos projetos de assentamentos.

As situações de conflito nos projetos de assentamento, em sua maioria causada por brigas entre os assentados em grande parte são ocasionados por ocupações irregulares, desentendimento por limites de rumo nos lotes, animais que destroem a produção de outro, quando isso ocorre os agricultores recorrem ao INCRA solicitando ajuda para resolver o conflito, ocorre que devido a superintendência contar com o seu quadro técnico e operacional reduzido o atendimento solicitado se torna demorado. Poderíamos pensar em equipar melhor a Ouvidoria da superintendência para que a mesma tivesse melhor condições de dá melhor retorno aos interessados. Além de realizar reuniões com comunidades, lideranças, autoridades, movimentos sociais na área de atuação da SR e em comunidades de forma de antecipar situações de tensão/conflito e agir com maior eficácia na resolução, evitando seu agravamento.

Quadro insuficiente de servidores do INCRA, principalmente, frente à redução do número de servidores causada por aposentadoria, número inferior à necessidade da administração, além da desmotivação ou pouca integração e baixa qualificação dos poucos servidores. Plano de cargos e carreiras inadequado, com salários defasados, que resulta em insatisfação generalizada. Dentro de toda essa problemática vem a falta de EPIs para os

Peritos Federais Agrários o que inviabiliza boa parte dos trabalhos da SR. Por fim insuficiência e também pela demora na liberação dos recursos para execução dos trabalhos. Como encaminhamento de solução solicitamos treinamento ao serviço de Desenvolvimento humano para realização da capacitação dos servidores, sendo assim, para mitigar a carência de servidores efetue a contratação de mão de obra terceirizada como forma de amenizar o problema de insuficiência de servidores efetivos, sendo que partes dos problemas citados fogem da competência desta SR fica o aguardo de soluções nacionais para o que fica elencado.

6.2 *Carta de Serviço ao Cidadão*

A Carta de Serviço do Incra é digital e está disponibilizada virtualmente pelo site do Incra: WWW.incra.gov.br. Na Superintendência e Unidades Avançada as solicitações se dão de forma presencial.

6.3 *Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários*

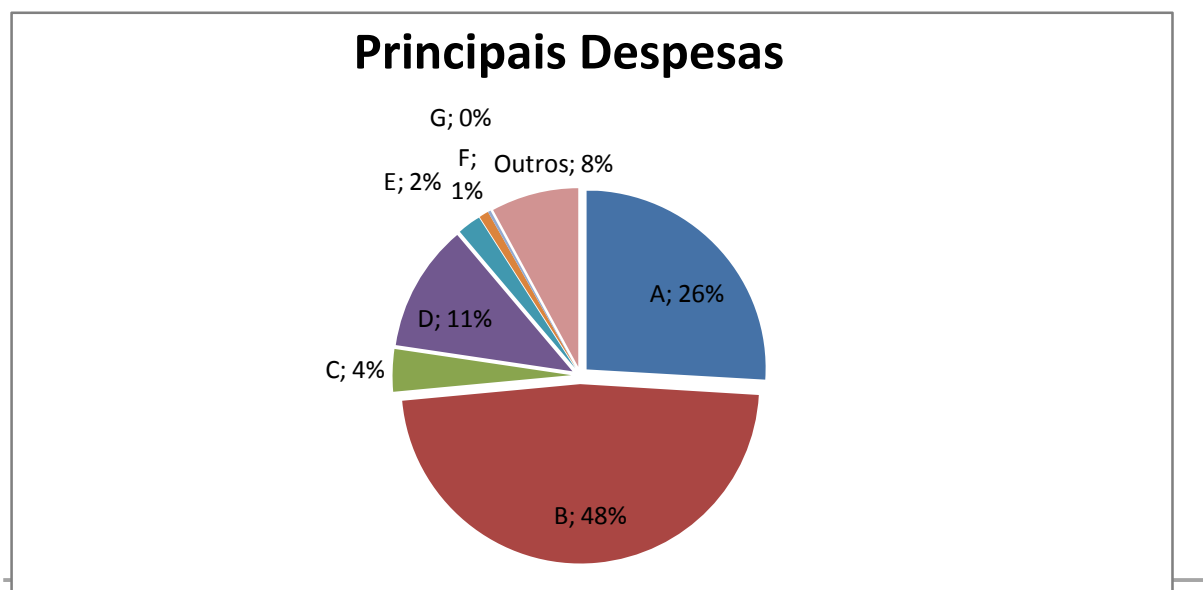
Dispomos de canais de comunicação a nível nacional como facebook, twitter, Serviço de informação ao Cidadão, no entanto, ainda não afere a satisfação do cidadão em relação aos serviços sob nossa responsabilidade. Também temos implementado no Incra sistema que aproxima e facilita os serviços como SIGEF *Sistema Automatizado de Gestão Fundiária*, a Sala da Cidadania Digital que atende tanto os beneficiários do Programa da Reforma Agrária quanto os proprietários de imóveis rurais, mas não realizamos nenhuma pesquisa para sentir o grau de satisfação dos usuários.

7- *Desempenho financeiro e informações Contábeis*

7.1- *Desempenho financeiro do exercício*

Nesta unidade descentralizada não se aplica a arrecadação de receita, visto que os valores inerentes a recebimento de parcelas de títulos definitivos, são recolhidos diretamente para a UJ do Incra/sede.

A Superintendência Regional é órgão descentralizado a qual compete coordenar e executar as atividades das respectivas unidades na área de atuação, definidas em regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo, portanto, recursos / créditos descentralizados da Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária *Incra/sede*.



Peritos Federais Agrários o que inviabiliza boa parte dos trabalhos da SR. Por fim insuficiência e também pela demora na liberação dos recursos para execução dos trabalhos. Como encaminhamento de solução solicitamos treinamento ao serviço de Desenvolvimento humano para realização da capacitação dos servidores, sendo assim, para mitigar a carência de servidores efetue a contratação de mão de obra terceirizada como forma de amenizar o problema de insuficiência de servidores efetivos, sendo que partes dos problemas citados fogem da competência desta SR fica o aguardo de soluções nacionais para o que fica elencado.

6.2 *Carta de Serviço ao Cidadão*

A Carta de Serviço do Incra é digital e está disponibilizada virtualmente pelo site do Incra: WWW.incra.gov.br. Na Superintendência e Unidades Avançada as solicitações se dão de forma presencial.

6.3 *Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários*

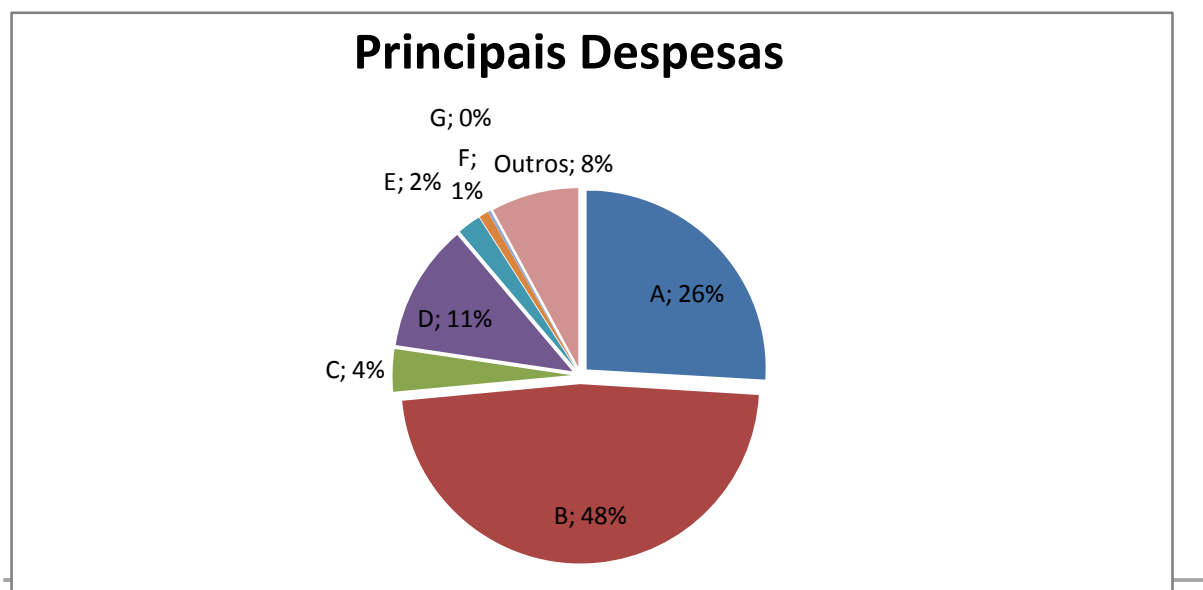
Dispomos de canais de comunicação a nível nacional como facebook, twitter, Serviço de informação ao Cidadão, no entanto, ainda não afere a satisfação do cidadão em relação aos serviços sob nossa responsabilidade. Também temos implementado no Incra sistema que aproxima e facilita os serviços como SIGEF *Sistema Automatizado de Gestão Fundiária*, a Sala da Cidadania Digital que atende tanto os beneficiários do Programa da Reforma Agrária quanto os proprietários de imóveis rurais, mas não realizamos nenhuma pesquisa para sentir o grau de satisfação dos usuários.

7- *Desempenho financeiro e informações Contábeis*

7.1- *Desempenho financeiro do exercício*

Nesta unidade descentralizada não se aplica a arrecadação de receita, visto que os valores inerentes a recebimento de parcelas de títulos definitivos, são recolhidos diretamente para a UJ do Incra/sede.

A Superintendência Regional é órgão descentralizado a qual compete coordenar e executar as atividades das respectivas unidades na área de atuação, definidas em regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo, portanto, recursos / créditos descentralizados da Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária *Incra/sede*.



Quadro 6

Despesas principais administrativas

Despesas	2013	2014	2015
A	1.276.644,62	1.389.246,96	2.397.632,96
B	31.218,50	15.941,64	18.332,88
C	490.574,76	528.226,16	677.460,08
D	395.729,26	426.476,36	469.123,99
E	10.430,28	15.924,00	18.312,60
F	60.127,63	51.682,00	59.434,30
G	12.340,95	10.826,48	129.044,43
Total	2.277.066,00	2.438.323,60	3.769.341,24

A- Despesas com locação de mão: limpeza, vigilância, e apoio administrativo (terceirização), estes contratos são classificados como terceirização de mão-de-obra e apresentamos valor global dessa ação. Para contrato de terceirizados apoio administrativo o valor aproximado para exercício de R\$ será em torno de R\$ 1.430.545,00, anualmente.

B - Serviços de Publicidade Legal - Jornais e Diário Oficial da União

C - Material de consumo (material de expediente, peças manutenção de viaturas, combustíveis e lubrificantes e outras despesas)

D - Serviços Terceiro Pessoa Jurídica (energia elétrica, telefonia, água e esgoto e outras despesas)

E - Taxas, impostos

F - Passagens aéreas e terrestres -

G- Despesas exercícios anteriores.

7.3 ï Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Esta UPC ainda não adota procedimentos e práticas em cumprimento as diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público. Embora a Resolução CFC nº 1.137/08 que aprova a NBC T 16.10 e que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010. Podemos dizer que não tínhamos conhecimento, ou recebemos orientações da necessidade de utilização de tal prática, afirmamos que iremos solicitar orientação do Incra/sede visando adoção do cumprimento das Normas.

7.4 ï Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Esta UPC ainda não adotou atividades relacionadas à implantação do sistema SIC criado pela Secretaria do Tesouro Nacional ï STN, sistema que visa evidenciar os custos dos programas e das unidades da administração pública federal. Iremos buscar informação junto ao Incra/sede.

7.5 ï Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

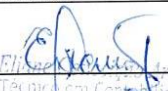
As áreas contábil e financeira, atentando-se para a segregação de função, atuam em conjunto nos registros correspondentes a execução e controle no sistema Siafi por meio de consultas em processos; e, ainda acompanhamento de contas contábeis para assegurar a fidedignidade do registro contábil dos atos e fatos da gestão da Unidade Gestora.

As conformidades contábeis e de registro de gestão acompanham o estabelecido nas macrofunções SIAFI Assunto 020315 - Conformidade de Registro de Gestão, emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional ï STN.

7.6 ï Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM RORAIMA – SR(25)RR	
---	---	---

Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
			UG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM RORAIMA – SR-25/RR			373029
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Local	Boa Vista-RR	Data	30 de março de 2016
Contador Responsável	 Técnica em Contabilidade Mat. 725975	CRC nº	3.200/AM

7.7 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Quadro 7

Demonstração explicativas	contábil/notas	Endereço para acesso
BALANÇO PATRIMONIAL - BP		http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-25---roraima
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO		http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-25---roraima
BALANÇO FINANCEIRO - BF		http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-25---roraima
DEM. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP		http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-25---roraima
DEM. FLUXO DE CAIXA - DFC		http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-25---roraima

De acordo com a lei 4.320/1964, art.101, ãos resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos. Assim, as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo aplicação da aplicação da contabilidade do setor público são as relacionadas acima.

7.9- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7.9.1- Empréstimos concedidos

A conta 1.2.1.1.1.03.01- Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante de recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação concedidos em suas diversas modalidades. Com o propósito de fortalecer a Reforma Agrária, o **Incra** concedeu créditos para os assentados de todo o território nacional ao longo de 28 anos e não havia efetivado a cobrança dos mesmos por razões distintas.

Em junho de 2013, a Direção Superior do Incra adotou a medida de recolhimento de todos os recursos financeiros depositados nas contas bancárias de Associações e Grupos relacionados ao crédito instalação de todas as Superintendências do país com o intuito de aprimorar o processo de aplicação desses créditos.

Posteriormente, foi descentralizando parte desses recursos mediante o atendimento de alguns condicionantes por parte das Regionais para aqueles projetos de assentamento que ainda possuíam trabalhos em andamento. Parte desses recursos não fora mais restituído, pois a aplicação do crédito não havia sido iniciada ou já tinha sido finalizada.

Diante desse cenário e também após as inúmeras recomendações dos órgãos de controle no tocante ao encaminhamento de uma solução definitiva quanto aos créditos pagos pelo Incra no decorrer de quase três décadas, o Governo editou a **MP nº 636/2013** que tratava sobre a liquidação dos referidos créditos através dos instrumentos da remissão para um grupo que não ultrapassasse um teto estipulado e pagamento de um percentual relacionado ao crédito habitação e daqueles que porventura superassem o teto preestabelecido. Essa medida provisória foi posteriormente convertida na atual **Lei nº 13.001/2014** e os trabalhos para a baixa contábil dos valores concedidos se encontram em andamento.

O Incra adotou algumas medidas para executar os procedimentos de remissão e cobrança propostos pela Lei nº 13.001 e assim viabilizar a baixa contábil desse financeiro junto ao Siafi, dentre as quais duas se destacam por sua grande relevância. São elas:

- * Desenvolvimento de um sistema denominado SNCCI para agregar todas essas informações relacionadas aos créditos já concedidos e também aos que ainda serão concedidos;

- * Realização de diversas **Oficinas-Pólo** pelo Brasil para capacitar os servidores da Autarquia que trabalham na área de crédito e de finanças para executarem o saneamento dos processos de pagamento de crédito instalação, fazendo o posterior lançamento desses dados no SNCCI que culminará em remissão ou cobrança.

Por se tratar de um trabalho complexo, os resultados ainda não atingiram os níveis esperados desde a sua implementação no ano de 2014, mas temos a convicção de que os fins almejados pela Autarquia seguramente serão alcançados no médio prazo. Nossa Superintendência evoluiu pouco nesse quesito em virtude de termos enfrentado mudanças de Gestores e também de prédio na fase inicial deste trabalho.

Considerando que até a presente data o Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (**SNCCI**) não está com o módulo de cobrança pronto, os trabalhos relacionados a remissão se encontram mais avançados e conseqüentemente a baixa contábil destes créditos está sendo operacionalizada. Por outro lado, a cobrança dos créditos não alcançados pela remissão só depende da edição de um decreto regulamentador para a Lei nº 13.001/2014 e desta forma haverá a ampliação progressivamente os procedimentos de baixa na conta Empréstimos Concedidos a Receber.

SOBRE OS SALDOS

No exercício de 2015, o saldo inicial da conta 1.2.1.1.1.03.01 - Empréstimos Concedidos a Receber abriu com o montante de R\$ 65.260.269,84 e encerrou o exercício com um saldo na importância de R\$ 57.417.793,13 em virtude da baixa contábil no Siafi de

R\$ 7.842.476,71 relacionados aos recursos recolhidos em junho de 2013 por força da Portaria N° 352/2013 que retornaram para o Tesouro Nacional.

Convém ressaltarmos que um percentual desse financeiro recolhido em 2013 foi restituído para a Superintendência que fez e está fazendo sua aplicação desde o segundo semestre do mesmo ano até o exercício atual. Os recursos que retornaram para a conta da UG da SR são pertinentes ao antigo Crédito Aquisição de Material de Construção que apresentam demandas em execução desde o exercício 2011.

O saldo existente será encerrado conforme os trabalhos de saneamento dos processos de pagamento de crédito instalação evoluam e os mesmos passem a constar no Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (SNCCI), sendo que uma parte culminará com a remissão e uma parcela menor em cobrança.

7.9.2 - Créditos a receber de parcelheiros

Por força da Lei nº 13.001/2014 só haverá a cobrança de um percentual de uma parte dos créditos instalação que ultrapassarem os R\$ 10.000,00 (**dez mil reais**) e os relacionados ao crédito habitacional. No caso específico de Roraima, não haverá cobrança englobando este grupo I, visto que em nosso Estado praticamente só houve a concessão da modalidade Apoio Inicial e o mesmo não atinge o teto anteriormente citado.

Com relação ao crédito habitacional, que haverá a cobrança de 4% do valor concedido corrigido a **0,5%** ao ano desde a sua concessão ainda estamos aguardando o decreto regulamentador da Lei 13.001 para iniciar tais cobranças e a definição quanto à implantação do Sistema nacional de Titulação de imóveis que vai orientar dentro de seus módulos como isso ocorrerá.

Ressaltamos que o saldo a receber dos parcelheiros após a edição do normativo que concedeu remissão para uma parte significativa dos créditos instalação concedidos no âmbito da Reforma Agrária terá num percentual relativamente baixo e que neste momento não é possível quantificar por termos valores concedidos há bastante tempo e que demandam atualizações para chegarmos a valores precisos.

A Superintendência está adotando as providências para identificação dos valores e tão logo se concretize as regulamentações pertinentes ao tema executará esta ação de recebimento para enfim procedermos as respectivas baixas contábeis desse financeiro junto ao Siafi.

8- Áreas especiais da gestão

8.1- Gestão de pessoas

8.1.1- Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 23 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		99	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		99	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		94	0	2

R\$ 7.842.476,71 relacionados aos recursos recolhidos em junho de 2013 por força da Portaria N° 352/2013 que retornaram para o Tesouro Nacional.

Convém ressaltarmos que um percentual desse financeiro recolhido em 2013 foi restituído para a Superintendência que fez e está fazendo sua aplicação desde o segundo semestre do mesmo ano até o exercício atual. Os recursos que retornaram para a conta da UG da SR são pertinentes ao antigo Crédito Aquisição de Material de Construção que apresentam demandas em execução desde o exercício 2011.

O saldo existente será encerrado conforme os trabalhos de saneamento dos processos de pagamento de crédito instalação evoluam e os mesmos passem a constar no Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (SNCCI), sendo que uma parte culminará com a remissão e uma parcela menor em cobrança.

7.9.2 - Créditos a receber de parcelheiros

Por força da Lei nº 13.001/2014 só haverá a cobrança de um percentual de uma parte dos créditos instalação que ultrapassarem os R\$ 10.000,00 (**dez mil reais**) e os relacionados ao crédito habitacional. No caso específico de Roraima, não haverá cobrança englobando este grupo I, visto que em nosso Estado praticamente só houve a concessão da modalidade Apoio Inicial e o mesmo não atinge o teto anteriormente citado.

Com relação ao crédito habitacional, que haverá a cobrança de 4% do valor concedido corrigido a **0,5%** ao ano desde a sua concessão ainda estamos aguardando o decreto regulamentador da Lei 13.001 para iniciar tais cobranças e a definição quanto à implantação do Sistema nacional de Titulação de imóveis que vai orientar dentro de seus módulos como isso ocorrerá.

Ressaltamos que o saldo a receber dos parcelheiros após a edição do normativo que concedeu remissão para uma parte significativa dos créditos instalação concedidos no âmbito da Reforma Agrária terá num percentual relativamente baixo e que neste momento não é possível quantificar por termos valores concedidos há bastante tempo e que demandam atualizações para chegarmos a valores precisos.

A Superintendência está adotando as providências para identificação dos valores e tão logo se concretize as regulamentações pertinentes ao tema executará esta ação de recebimento para enfim procedermos as respectivas baixas contábeis desse financeiro junto ao Siafi.

8- Áreas especiais da gestão

8.1- Gestão de pessoas

8.1.1- Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 23 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		99	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		99	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		94	0	2

1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		2	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		99	0	2

Fonte: siape

Quadro 24 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	34	63
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	34	63
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	31	63
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	35	64

Quadro 25 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		13	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		13	2	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		9	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		2	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas		2	2	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		2	2	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		15	4	4

Fonte: Siape

MACROPROCESSOS	UNIDADE	DISTRIBUIÇÃO ATUAL															
		A(APOIO ADM)	A1(MOTORISTA)	B(NI – ADM)	C(NS – ADM)	D(CONTADOR)	E(JORNALISTA)	G(NI – TÉC)	H(NS – TÉC)	I(ANTROP)	J(AGRIMENSURA)	K(ENG. CIVIL)	L(ENG. FLOREST)	M(ENG. AGRON)	Y(DAS SVINCULO)	Z(Terceirizados)	TOTAL
	0	22	6	24	4	2	1	17	4	0	0	3	2	10	4	24	123

Análise da distribuição

Da análise, dimensionamos quanto à suficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal frente aos objetivos, metas e estratégias da Unidade, levando-se em consideração a área operacional e de gestão:

a) concluímos que para áreas finalísticas, temos quantitativamente, um número ideal de servidores para consecução das ações propostas, **exceto**, para o cargo de **Engenheiro Agrimensor**, que não obtivemos êxito na seleção de candidatos no último concurso realizado.

b) as áreas meios, tomamos como dado quantitativo, o número de colaboradores terceirizados e do imperativo de substituição dos mesmos por servidores concursados, oportunizando o cumprimento de determinação legal e consequente contratação, em consonância com o perfil técnico exigido para alcance dos objetivos institucionais.

Um aspecto que devemos estar atentos, é quanto a alta rotatividade de mão obra. Apesar dos avanços na melhoria salarial, a mesma não demonstrou suficiente, como atrativo financeiro, para a manutenção no INCRA dos servidores concursados. Principalmente para os cargos nomeados para as atividades meios, é bastante preocupante o número de pedidos de vacância/exoneração para assumir cargos em outras instituições públicas.

Quanto ao impacto na hipótese de desligamentos e aposentadorias, nossa Unidade Regional conta com **32 servidores percebendo Abono de Permanência**- que representa, aproximadamente, 31% do nosso quadro-, portanto, em condições de pleitear a aposentadoria e muitos já próximos de cumprir os requisitos para o aludido benefício. Situação essa, que acompanha a tendência da Autarquia, a nível nacional.

Das ações existente na **Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas-DAH**, que representa o órgão setorial do SIPEC, são incipientes as medidas que vão ao encontro de um nível de excelência na consecução de ferramentas, que permitam, efetivamente, o gerenciamento da força de trabalho que temos e que necessitamos.

Tal assertiva pode ser consubstanciada em planilha elaborada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas a qual foi encaminhada às suas Unidades descentralizadas, no intuito das mesmas manifestarem quanto a distribuição ideal da força de trabalho, em cotejo com àquela existente (**vide anexo**), dados esses, acreditamos, nortearão um estudo e diagnóstico mais aprofundado e das medidas afetas.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Das medidas que estão ao nosso alcance, mantivemos a sistemática de acompanhamento das alterações na legislação pertinente - como por exemplo, recebimento eletrônico permanente da legislação atualizada, com prévia análise e posterior divulgação das mudanças.

Temos como rotina a leitura das publicações no DOU, quantos aos atos emanados do nível central do INCRA.

Outros instrumentos de acesso são as resenhas de RH encaminhadas semanalmente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, as quais abarcam não tão somente normas internas, mas, todas as matérias de interesse dos servidores. Também utilizamos as informações advindas de mensagens, via SIAPE, do Ministério do Planejamento e do site do servidor (www.servidor.gov.br).

Em todas as situações supras, damos ampla divulgação aos servidores, mediante rede local, destinada à comunidade desta Superintendência ou, via memorando circular.

No tocante a política de pessoal, é conduzida pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Administração central do INCRA), mediante elaboração do Plano de capacitação. O momento mais oportuno para a referida Coordenação ter um melhor diagnóstico da situação de pessoal é por ocasião das avaliações das metas individual e institucional, agora, com ciclo anual.

Anualmente ocorre, dentro do cronograma de descentralização orçamentária, a destinação de crédito para atender demandas locais, a partir de propostas de capacitação emanadas dos setores desta Superintendência Regional.

Sem sombra de dúvida, os eventos de maiores impactos na aprendizagem - exceto modalidade "capacitação em serviços" - são viabilizados pela Administração central do INCRA, os quais, em regra, ensejam a participação de nossos servidores e, conseqüente impacto no atingimento da meta pactuada.

Dos resultados almejados, em consonância com Instrução normativa nº 78 de 13 de maio de 2014, a qual dispõe sobre critérios e parâmetros para a capacitação dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, temos como foco:

- impacto na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao público beneficiário das ações da Autarquia;

- atendimento ao imperativo de desenvolvimento permanente do servidor público, consoante Decreto Nº. 5.707, de 23/02/2006;

-melhoria da adequação das competências requeridas dos servidores, correspondentes aos objetivos estratégicos e metas institucionais, consoante diretrizes do PPA;

-avanço no processo de racionalização e efetividade na aplicação dos recursos em ações de capacitação, com foco nas metas e custo-benefício da ação para a Autarquia.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Durante o exercício 2015, houve diversas ações relativas à participação de servidores em cursos internos e externos de curta duração. Considerando a importância da ação Qualificação de servidores, pois qualifica melhor o conhecimento para um bom resultado de atendimento aos nossos beneficiários do PNRA.

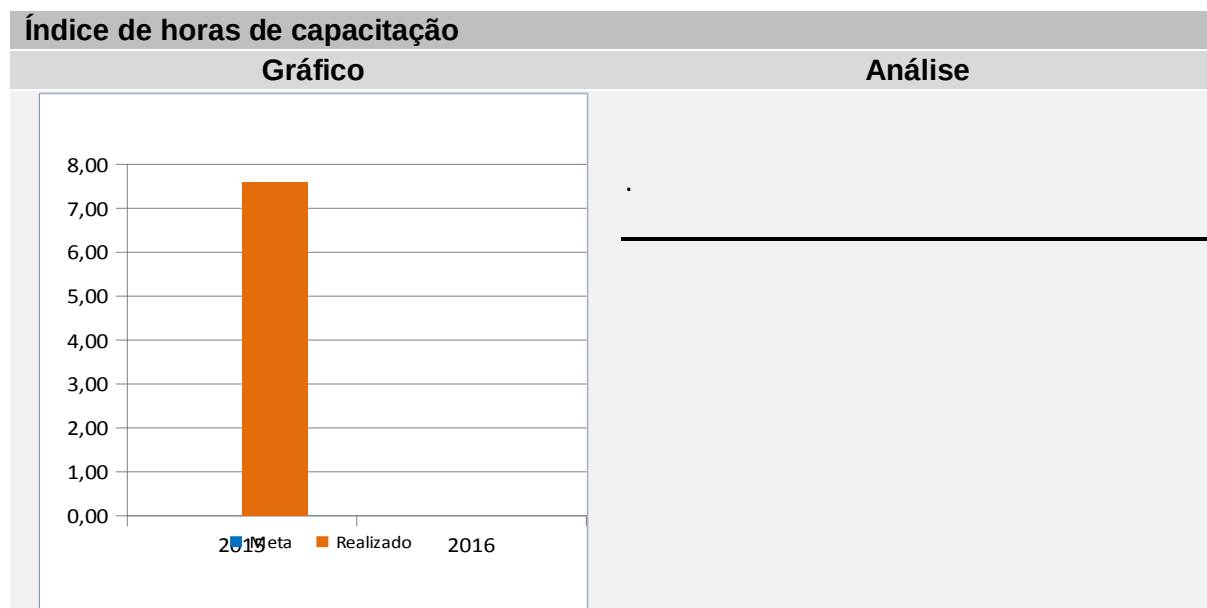
Indicadores relacionados

Gráfico 16

Índice de abrangência de capacitação



Gráfico 17



8.1.2- Demonstrativos das despesas com pessoal

Neste quesito temos a informar:

Servidores ativo: Bruto R\$ 706.438,03 - Líquido R\$ 431.545,32

Pensionistas: Bruto R\$ 34.382,01 - Líquido R\$ 25.940,93

8.1.5- Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal

Não temos na superintendência.

8.1.10 - Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Atualmente temos contrato firmado com empresa ABSOLUTA COMERCIO, SERVIÇOS E LOGISTICA LTDA. CNPJ 07.047.898/0001-00 em 2015 o valor total foi de R\$ 71.147,59 especializadas em locação de mão de obra, totalizando 24 recepcionistas, que dão apoio na sede da superintendência e unidades avançadas. Estagiários: contamos atualmente 15 estagiários, contratados pela empresa Superestágios. Não temos como informar o valor, pois é realizado pelo Incra/Sede.

8.1.12 - Contratação de mão de obra temporária

A Superintendência não realiza esse tipo de contratação

8.2 ÿ Gestão do patrimônio e da infraestrutura

Atualmente dispomos de dois imóveis um imóvel situado a av. General Sampaio Correia, 744 Bairro 13 de setembro, onde futuramente funcionará a sede da superintendência em Roraima. Porém as obras estão paralisadas devido a falta de recursos para conclusão de um dos blocos denominado de bloco 1 está faltando recurso financeiro. Outro fica localizado no município de Rorainópolis local onde funciona a sede da Unidade Avançada do INCRA em Rorainópolis, o referido imóvel está necessitando de uma reforma geral, porém devido o contingenciamento de recursos os serviços não foi possível ser executado.

8.2.1 ÿ Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

Veículos próprios ÿ atualmente dispomos de 15 viaturas em condição de uso.

Não temos veículos terceirizados

8.2.2 ÿ Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Está sendo realizada avaliação para posteriormente procedermos à alienação de 15 (quinze) veículos, sendo 01 (um) automóvel e 14 (quatorze) pick-up, conforme processo: 54390.000173/2016-86

8.2.7 ÿ Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Atualmente a sede da Superintendência do INCRA funciona em um imóvel alocado no endereço Rua Antônio Raposo Tavares, 40 ÿ Bairro Calunga, com valor mensal de R\$ 38.611,62. Ressaltamos que o referido imóvel foi avaliado pela Superintendência do Patrimônio da União seguindo a legislação vigente.

8.3 ÿ Gestão da tecnologia da informação

A SR(25)/RR conta apenas com um (01) servidor, um (01) terceirizado e um (01) estagiário para gerenciar toda a rede que conta com 112 estações de trabalho distribuídos pela sede do Incra em Boa Vista e na Unidade Avançada de Rorainópolis. A gestão dos contratos de TI de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição.

Em outubro de 2013 entrou em vigor a nova Política da Segurança da Informação (PSI) desta Instituição pela publicação da Portaria Incra nº 587. A PSI visa, entre outros objetivos, normatizar os procedimentos para utilização dos recursos computacionais a fim de proporcionar condições que assegurem a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade da informação no âmbito de seu ambiente.

8.3.1 ÿ Principais sistemas de informações

Quadro 26

PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		
SISTEMAS	DESCRIÇÃO	OBJETIVO

SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária	Gerenciar os beneficiários da reforma agrária, os projetos de assentamento e suas parcelas
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural	Identificar e classificar os imóveis rurais, conhecer seus detentores, o tipo de uso e as formas de exploração, apresentando um diagnóstico da estrutura fundiária brasileira
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária	Subsidiar a governança fundiária do território nacional
SNCI	Sistema Nacional de Certificação de Imóveis	Gestão dos processos de certificação de imóveis
SISPROT	Sistema de Processo	Controle geral na gestão de processos
SISDOC	Sistema de Documentos	Controle geral na gestão de documentos
SIR	Sistema de Informação Rural	Realizar avaliação e monitoramento das ações do INCRA

8.3.2 **Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de tecnologia da Informação – PDTI**

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) tem como objetivo atender a Instrução Normativa nº 04 SLTI/MPOG e apresenta as políticas, objetivos e estratégias que deverão nortear os rumos da Área de Tecnologia da Informação do Incra para 2014/2016, este documento contempla todas as ações, devidamente associadas as metas de suas áreas de negócio, contendo as melhores práticas relacionadas a gestão eficiente dos recursos de Tecnologia da Informação.

8.3.3 **Ações relacionadas à recuperação e a modernização dos sistemas**

O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades.

8.4 **Gestão ambiental e sustentabilidade**

A Superintendência Regional não tem um plano de Sustentabilidade consolidado, porém procuramos adotar praticas sustentáveis observando as diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando promover a compra de produtos que levam em conta critérios ambientais, econômicos e sociais. A exemplo disso realizamos em 2015, Pregão Eletrônico nº 001/2015 para aquisição de material de consumo o item 71 tratava-se de papel reciclado houve empresa: França e Campos Comercio de Artefatos Papeis Eirele-M CNPJ 18.956.859/0001-34 foi habilitada porém não apresentou documentação.

8.4.1 **Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**

A superintendência observa o que prevê a Legislação:

Art. 1º Nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

Art. 3º Nas licitações que utilizem como critério de julgamento o tipo melhor técnica ou técnica e preço, deverão ser estabelecidos no edital critérios objetivos de sustentabilidade ambiental para a avaliação e classificação das propostas.

Nesse sentido é a lição de Celso Antônio Pacheco Fiorillo:

Constata-se que os recursos ambientais não são inesgotáveis, tornando-se inadmissível que as atividades econômicas desenvolvam-se alheias a esse fato. Busca-se com isso a coexistência harmônica entre economia e meio ambiente. Permite-se o desenvolvimento, mas de forma sustentável, planejada, para que os recursos hoje existentes não se esgotem ou tornem-se inócuos.

9- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

9.1- Tratamento de deliberações do TCU

Não houve determinações/recomendações do TCU no exercício de 2015.

Quadro 27

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
	0	XXXX	XXXX
é			

9.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houve recomendações da CGU no exercício de 2015.

Quadro 28

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
---	--	--	--

deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

Art. 3º Nas licitações que utilizem como critério de julgamento o tipo melhor técnica ou técnica e preço, deverão ser estabelecidos no edital critérios objetivos de sustentabilidade ambiental para a avaliação e classificação das propostas.

Nesse sentido é a lição de Celso Antônio Pacheco Fiorillo:

Constata-se que os recursos ambientais não são inesgotáveis, tornando-se inadmissível que as atividades econômicas desenvolvam-se alheias a esse fato. Busca-se com isso a coexistência harmônica entre economia e meio ambiente. Permite-se o desenvolvimento, mas de forma sustentável, planejada, para que os recursos hoje existentes não se esgotem ou tornem-se inócuos.

9- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

9.1- Tratamento de deliberações do TCU

Não houve determinações/recomendações do TCU no exercício de 2015.

Quadro 27

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
	0	XXXX	XXXX
é			

9.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houve recomendações da CGU no exercício de 2015.

Quadro 28

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
---	--	--	--

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
XXXX	0	XXXXX	XXXXX
é			

9.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário.

No exercício de 2015 não foi instaurada nenhuma Tomada de Contas Especial (TCE).

Quadro 29

Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência (NÃO HOUVE NO EXERCÍCIO)					
Não analisadas <i>Prazo de análise</i>		Prestações de contas de convênios e contratos de repasse		Analisadas <i>Resultado</i>	
Montante		Montante		Montante	
Vigentes		Analisadas		Aprovadas	
Vencidos		Não analisadas		Não aprovadas	
				TCEs	

Análise

No exercício de 2015, não ocorreram fatos objetos de medidas administrativas internas, em fatos apurados que, pela avaliação da unidade, tiveram chances de se converterem em tomada de contas especial.

9.9- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

No exercício de 2015 não foi possível observar as disposições do art.5º da Lei 8666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência dos contratos de prestações de serviços de mão de obra terceirizada. Todos os recursos recebidos na Superintendência Regional são de origem interna e descentralizados pelo Incra/ Sede.

11- Anexos e apêndices

11.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Quadro 30

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
4	Informação e comunicação					
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
5	Monitoramento					
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Legenda dos valores						
1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.						
2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.						
3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.						
4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa						

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
	é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.					
5.	Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.					

11.2- Resultados do atendimento ao público externo

Quadro 31

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Serviço A	Solicitação de cadastramento no Sipra	359	270	-	-
Serviço B	Emissão de certidões	54	-	-	-
Serviço C	Emissão de DAP	168	-	-	-
é					

Considerando que a superintendência no exercício de 2015, não registrou todos os atendimentos qualificando por assunto, não foi possível detalhar todas as informações requeridas junto ao Incra aqui informamos apenas as que foi possível levantar quantidades atendidas.

As solicitações de informações através do SIC i Sistema de Informação ao Cidadão pode ser obtido acessando o link: <http://www.incra.gov.br/content/acesso-informacao>. Noutra ponta, os cidadãos podem conferir e acompanhar as estatísticas dos atendimentos realizados pelo Incra através do acesso à página de nosso site oficial na Internet:

http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html.

Observa-se que através desse serviço houve seis (6) solicitações de informação.

TABELAS E GRÁFICOS DO RG - INDICADORES

Quadro 32

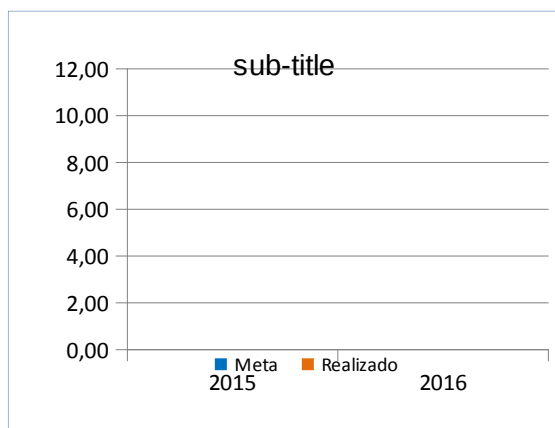
Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
		2016
Meta	Realizado	Meta

--	--	--

Memória de cálculo:

Índice 2015: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (0,00 - Fonte:) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos



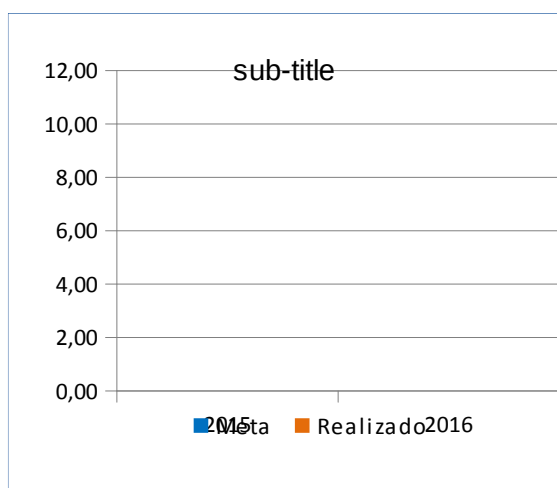
Quadro 33

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta

Memória de cálculo:

Índice 2015: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (0 - Fonte:) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos



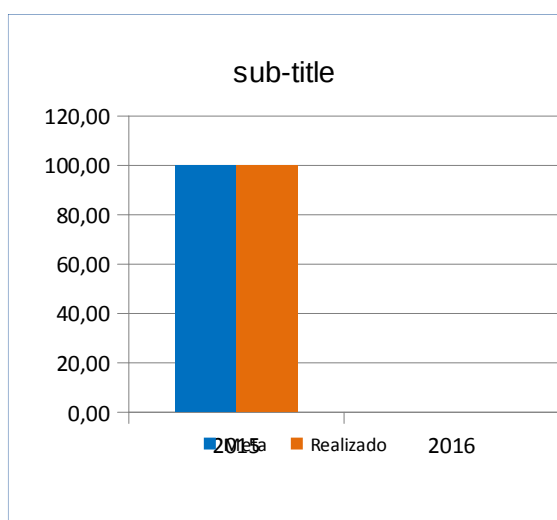
Quadro 34

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
100,00	100,00	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2015: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (0 - Fonte:) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos



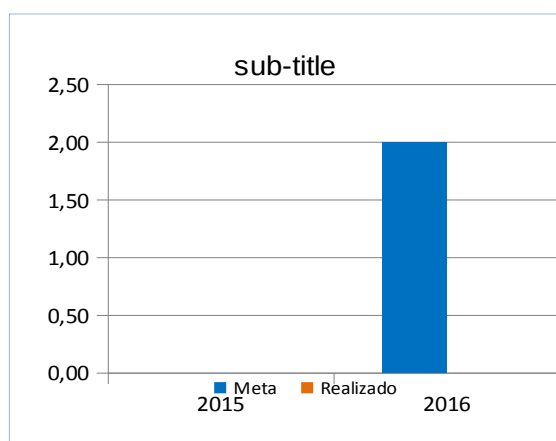
Quadro 35

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	2,00

Memória de cálculo:

Índice 2015: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (0 - Fonte:) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos



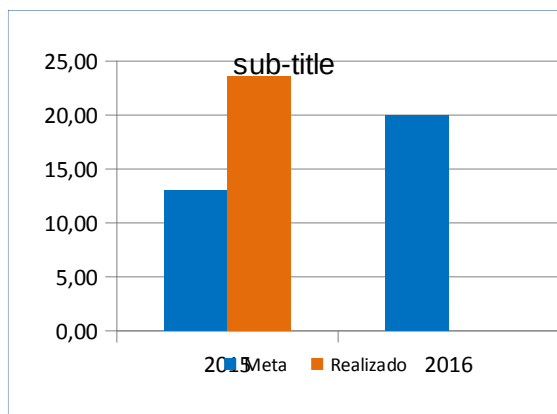
Quadro 36

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ²
13,01	23,58	20,00

Memória de cálculo:

Índice 2015: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (0 - Fonte:) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2015: Meta capacitação () Fonte: , dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR () Fonte: 2016: Meta capacitação (0) Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (0) Fonte:



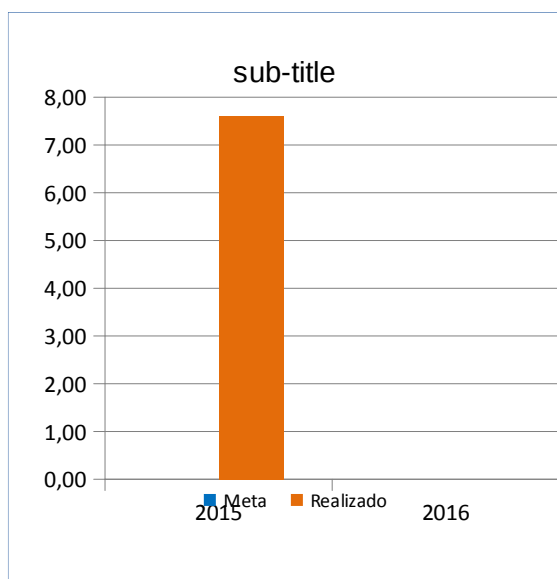
Quadro 37

Índice de horas de capacitação (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	7,60	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2015: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (0 - Fonte:) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (0 - Fonte:)

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos



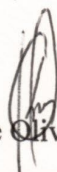
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
INATITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

**Declaração de integridade das informações sobre do Orçamento Federal Anual
e do PPA no SIOP**

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, e todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Boa Vista – RR, 31 de março de 2016



Kelton de Oliveira Lopes

Superintendente Regional de Roraima

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Roraima

CPF: 595.496.452-15